

avanzanica

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

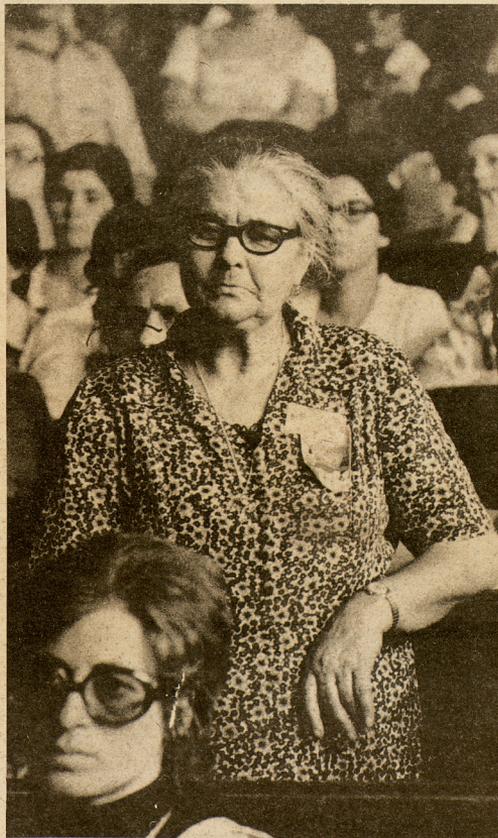
Preço 5500

MULHERES: ENCONTRO E AVANÇO



Neste Número:

- **INATEL / INTER:**
Encontro de Sindicatos
e Comissões
de Trabalhadores
- **VIETNAME:**
Reunificar
o movimento sindical
- **Os trabalhadores**
perante a crise da energia



NOTICIÁRIO SINDICAL

União Sindical de Sines (Intersindical)

COMUNICADO

Caso Tomaz de Oliveira A LUTA CONTINUA

Camaradas:

A REACÇÃO ATACA AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES.

A Com. de Trabalhadores e Delegados Sindicais da Tomaz de Oliveira, em Sines, continuam afastados.

Em 9/7/76, os Trabalhadores Portugueses tiveram a oportunidade de assistir na TV e ouvir através da Rádio, (quem não viu ou ouviu teve oportunidade de ler nalguns jornais) um facto insólito:

Uma « Comissão de Trabalhadores: CTT da Tomaz de Oliveira » de Lisboa.

Defendendo o patronato reaccionário e atacando Trabalhadores e suas organizações.

Os factos falam por si - não fazemos comentários - deixamos a consideração de todas as pessoas honestas deste País, a devida apreciação. Até porque sempre foi nosso lema defender os Trabalhadores: Atacar, NUNCA!

Não será agora que iremos modificar a nossa conduta, com estes «trabalhadores».

Ainda em 9/7/76 por despacho do ministro do Trabalho, foi proibido o despedimento dos Trabalhadores ao serviço da Firma TO em Sines, que estavam ameaçados de despedimento colectivo.

Não compreendemos, no entanto, o silêncio do Ministério do Trabalho em relação à Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais afastados cuja situação se encontra num impasse e incompreensivelmente, visto o secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, não aceitar os despedimentos das camaradas atrás citadas, conforme ofício enviado à Administração da Tomaz de Oliveira. Ora se foi feito um inquérito para apuramento dos factos e o mesmo está terminado, perguntamos:

Porque esperar? Além de tudo o mais a intenção de despedimentos da CT e Del. Sind. foi proibido o reaccionário TO não constituirá um atentado à Constituição?

Camaradas:

Defender a Comissão de Trabalhadores de Sines e os Del. Sindicais da Tomaz de Oliveira, é defender as conquistas alcançadas e a CONSTITUIÇÃO.

Num Plenário efectuado em 9/7/76 em que estiveram presentes além da União Sindical de Sines, Delegações dos Sindicatos da Construção Civil e Metalúrgicos, as Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais das seguintes firmas:

A. Veiga, Empec, Camoes, Luz e Alves, Cons. Sup. Tâmega, Constr. Técnicas, Baptista Marques Serrano Lta, CCPA, Metalistas, Condotte, Tomaz de Oliveira, AC Zona 11, AC Zona 15, ENI, Seabra, Torue, Vila Mina, CDMVisão Sorefame, Touzet, Tecnip, Escritórios.

TOMARAM-SE AS SEGUINTE DECISÕES:

1.º - Deslocação de representantes de todas as CT's e Del. Sindicais da área de Sines ao Ministério do Trabalho e Presidência da República, na quinta-feira, dia 15/7/76, a fim de se tentar, desta forma, a REINTEGRAÇÃO DA CT e Delegados Sindicais da Tomaz de Oliveira, em Sines.

2.º - Caso o problema não fique resolvido com a ida a Lisboa dos

Dirigentes Sindicais, foi aprovada a seguinte

MOÇÃO

CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO DISTRITAL DE PREVIDÊNCIA;

CONSIDERANDO QUE TODOS OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO FORAM CONVIDADOS;

AS ORGANIZAÇÕES PRESENTES A ESTE ENCONTRO REDUPIAM A ATITUDE DOS MESMOS, PELO DESINTERESSE NOS ASSUNTOS DOS TRABALHADORES E EXIGEM QUE A INFORMAÇÃO SEJA PORTADA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES.

Aprovada por unanimidade e aclamação. 21-7-76.

COMUNICADO

Na sequência do Encontro Distrital de Delegados Sindicais e de Comissões de Trabalhadores, de 10-7-76, para análise dos problemas da Previdência e da Reforma Agrária, aproveitando o tempo de corte de energia, em 16-7-76, pelas 10 h 30 m, realizou-se nos ESTALEIROS NAVAIS DE VIANA DOS CASTELO um PLENÁRIO DE TRABALHADORES, plenário dos mais concordes de sempre, pois poucas dezenas de trabalhadores não estiveram presentes, onde se debateu o grave problema da Previdência.

O Plenário foi convocado pela Comissão Intersindical dos Estaleiros e teve a colaboração do Departamento da Previdência da União dos Sindicatos de Viana do Castelo/Intersindical, e a representação sindical junto da Caixa de Previdência de Braga.

Foi aprovado, por maioria, com uma só abstenção:

MOÇÃO

No domínio da SAÚDE, a Comissão Intersindical dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo com os Trabalhadores reunidos em Plenário decidem:

1 - Separar dos Serviços de Acção Médico-Social e a consequente criação de um Serviço Nacional de Saúde;

2 - Exigir medidas concretas e urgentes conducentes à articulação das Instituições Hospitalares (Hospitais Concelhais, Misionárias, Hospitais Distritais, Milicordias) com Clínicas Particulares (que devem ser nacionalizadas). Postos Clínicos da Previdência, incluindo os das Casas do Povo, Centros de Saúde, Dispensários, etc., englobando todos estes organismos em Centros Comunitários de Saúde com vista a integrá-los no SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, com a participação das populações locais.

3 - Nestes Centros Comunitários de Saúde, estão previstos os cuidados médicos de base e toda a política de Saúde no que respeita à Medicina Preventiva e a consequente adopção de medidas profiláticas. Nelas serão incluídos também os cuidados Materno-Infantil.

O Plenário exigiu que a Moção transcrita seja enviada à INTERSINDICAL e aos órgãos de Comunicação Social bem como aos Órgãos do Poder.

Pelo Secretariado,

ENCONTRO DISTRITAL DE PREVIDÊNCIA

No Encontro Distrital de Previdência, realizado em Guimarães, no passado dia 17, com a presença de 99 Delegados Sindicais e Delegados à Previdência, 3 Comissões de Trabalhadores, 13 Delegados dos Reformados e 37



do Sindicalismo

A classe operária lutou, durante os quarenta e oito anos do regime ditatorial fascista que tanto empobrecer Portugal, em teríveis condições. Mas, mesmo assim, com todas as dificuldades, com todos os sacrifícios, ela soube aproveitar, aqui e ali, onde a união e a decisão e a organização dos trabalhadores era mais forte e coesa, das oportunidades que os Sindicatos Nacionais, criados pelo fascismo-salazarismo, assim mesmo podiam proporcionar, quando e onde existia um mínimo de organização de trabalhadores.

Mas o regime ditatorial-fascista foi demasiado duro e repressivo. E as lutas sindicais desenvolvidas revestiam-se de um carácter de consciente vontade, por vezes de heróicidade, mesmo aquelas que apreciaram como de simples reivindicações salariais ou de melhoria de condições de trabalho. Depois do 25 de Abril de 1974, as condições para os trabalhadores, e sobretudo, para os sindicalistas, mudaram radicalmente. Entre outras conquistas dos trabalhadores, há esta da liberdade sindical, que a própria Lei legaliza. E, também a da unicidade e simbólica constanciada na Intersindical Nacional.

Cabe, evidentemente, à Central Única dos trabalhadores portugueses zelar pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, através dos Sindicatos nela filiados. Mas o que há de mais notável, nestes últimos tempos, na orientação do Secretariado da Intersindical Nacional é o da abertura, sem condições prévias nem restrições, a todos os Sindicatos de trabalhadores do País, quaisquer que sejam as suas tendências. E o recente Plenário da Intersindical Nacional, levado a efeito em Lisboa, em 12 do corrente mês, veio justificar quanto de oportuno e progressista é esta orientação. Porque, chamar ao diálogo, à

discussão dos problemas que interessam aos trabalhadores, abrir a todos os Sindicatos, quer estivessem ou não filiados na Intersindical Nacional, esse Plenário foi uma orientação justa, é uma orientação necessária para que possam ser e continuar a ser abertamente analisados os problemas ligados ao trabalho e aos seus executores, no nosso país, sobretudo na actual conjuntura político-social, com vistas a uma melhoria de condições de vida futuras dos trabalhadores.

Porque da discussão e da resolução, amplas e abertas, com aspecto crítico construtivo, podem e devem sair decisões de mais alto valor e utilidade para as classes laboriosas de Portugal. E isso pressupõe que a frente da classe trabalhadora se alargue sempre mais e mais e, por consequência, se amplie e fortaleça a unidade, tão necessária e urgente em todos os momentos, para que sejam os trabalhadores os senhores do seu próprio destino - através das suas organizações sindicais, nos mais variados escalões, Comissões de Trabalhadores, etc.

Não admira, portanto, que seja a Intersindical Nacional, com a força e a confiança que nela depositam os numerosos Sindicatos, Uniões e Federações sindicais, a orientar e a impulsionar, sem descanso, as lutas dos trabalhadores e reforçar, por todos os meios, a sua coesão, a sua unidade na acção, fortalecer a sua determinação nas múltiplas tarefas e batalhas que se dão quotidianamente, em maior ou menor escala, por esse País fora. A força essencial da Intersindical Nacional provém da força dos trabalhadores organizados, que lhes é prestada através das organizações sindicais onde os mesmo militam, ou de que são simples aderentes.

Como aconteceu no recente Plenário de 12 do corrente, o próximo Congresso Nacional da Inter estará aberto a todas as correntes, a todas as tendências de Sindicatos onde os trabalhadores estejam integrados. Mas tanto neste Congresso, como antes e depois, dentro ou fora dele, é preciso ter bem presente que o grande interesse da classe operária, de todos os trabalhadores, é o da sua verdadeira UNIDADE! Só em UNIDADE a classe trabalhadora pode ultrapassar todas as dificuldades que os capitalistas lhes meterem sob os pés, para barrar-lhes o caminho. Porque a UNIDADE é a grande, é a maior força dos trabalhadores.

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado

16 páginas - Preço 5000

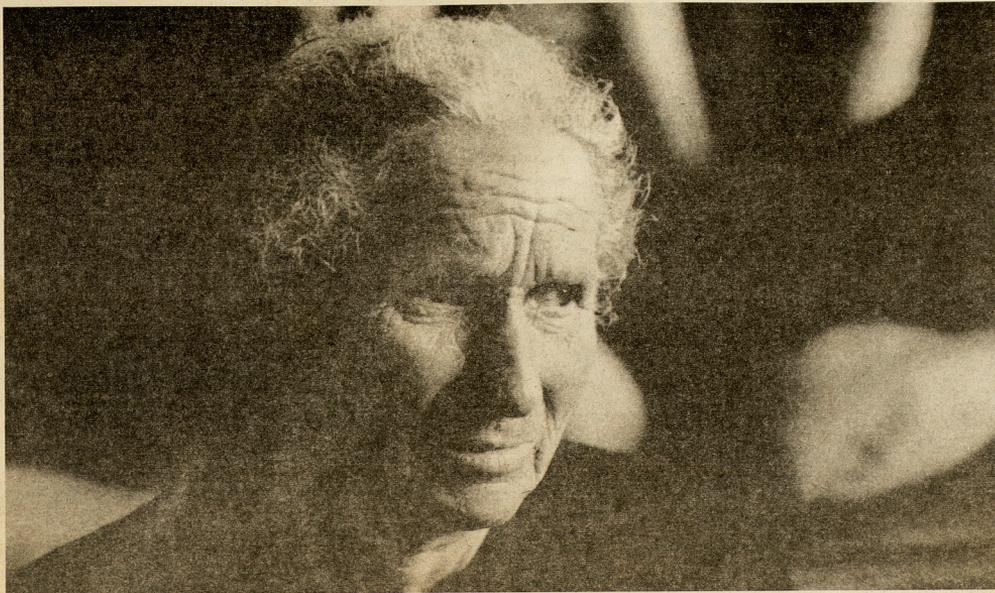
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua Vitor Gordon 11 - 2.º - LISBOA

DELEGACAO DO NORTE
UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-1
Telefs. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGIMPRENSA

COMPOSICAO IMPRESSAO
HESSKA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora





CAMARADAS

Chegadas ao fim da nossa jornada de luta e de trabalho, obrigatório se torna que se proceda ao balanço, sumário embora, dos resultados deste nosso Encontro.

Sallentemos, antes de mais, que o Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras não começou hoje, nem as suas conclusões terminarão agora e neste local.

Efectivamente, este Encontro teve o seu real início nas reuniões, discussões e apreciações que, desde há semanas atrás, mobilizaram as mulheres trabalhadoras na procura das melhores soluções para os seus imensos problemas.

Realmente, este Encontro não poderá ter o seu encerramento efectivo, hoje e nesta sala. Porque, como se lê num dos textos-base dos documentos, «A consolidação da Revolução e a construção de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados só será uma realidade quando essa poderosa força revolucionária, de que somos portadoras, se estender a todos os campos e actividades da luta de classes que se trava no nosso País».

Por tudo isto apelamos para um reforçar, cada dia maior e mais eficaz, da organização e da participação, de todos nós, na realização concreta das grandes linhas de orientação, saídas deste nosso Encontro. Só assim contribuiremos, no campo da luta, para que se alcancem os objectivos a que nos propusemos.

Quando vemos nesta sala um número tão grande de camaradas que venceram distâncias, incómodos, problemas familiares e todos os outros condicionamentos dos trabalhadores em geral e da mulher em particular, temos a firme certeza que temos razão quando afirmamos:

«Não se julgue que vela menos pelo seu bebé a mãe que o deixa confiado a alguém e vai para um organismo sindical lutar pela transformação da vida. Nesse momento, não está a embalar-lhe o berço, mas está a alargar o caminho por onde ele há-de passar um dia!»

Se, de há muito, não tivéssemos a certeza da vitória incontestável da justa luta dos trabalhadores, hoje, e aqui, ganharíamos essa certeza!

AS MULHERES NA TRANSFORMAÇÃO DA VIDA

- **Alocução final
do Encontro Nacional
das Mulheres Trabalhadoras**



PATRONATO BOICOTA CONTRATOS COLECTIVOS Na Indústria Química...

Em conferência de Imprensa, realizada no passado dia 23 de Julho, a Comissão Sindical Negociadora do Contrato Colectivo Vertical para a Indústria Química, denunciou o boicote sistemático que o patronato tem vindo a fazer às negociações do referido contrato.

Constituída por delegados dos Sindicatos dos Químicos do Norte, Lisboa e Sul, e das Federações dos Metalúrgicos e dos Escritórios, a referida Comissão Negociadora representa, para cima de 5000 trabalhadores, os quais, antes de terem votado a proposta do novo contrato, a estudaram em detalhe, em cerca de 150 plenários que se efectuaram por todo o país.

Entretanto, a Comissão Negociadora da entidade patronal, da qual fazem parte ex-funcionários do extinto Ministério das Corporações que se passaram para a CIP, assim que esta apareceu, esteve já presente a quatro reuniões, mas sem ter ainda apresentado quaisquer credenciais das empresas ou sectores que representa.

O objectivo do patronato, parece ser o de proleitar indefinidamente as negociações, aproveitando ao mesmo tempo a mudança de Governo e o período de férias que se aproxima. Os representantes da entidade patronal, vão-se servindo das grandes ambiguidades do Decreto-Lei n.º 164-A/76, o qual não obriga ambas as partes a entrarem em negociações, e acima de tudo procura amarrar os sindicatos a soluções que se consideram de extremas, ou então, que os trabalhadores abndiquem dos seus direitos, ou ainda, que vão para a greve.

Para que isto seja assim, o patronato tem recorrido a todos os artificios, os quais são considerados pela Comissão Sindical Negociadora como meros pretextos de adiamento das referidas negociações.

Como exemplo bem claro, temos o facto da questão do âmbito dessas negociações em

que os sindicatos fizeram cedências.

«A despeito disto — afirmou na conferência de Imprensa — e das inúmeras cedências feitas pelos Sindicatos, a entidade patronal mantém a sua posição de se recusar a entrar em negociações directas. Em função disto, e de acordo com os contactos efectuados com o Governo, vão-se iniciar imediatamente consultas aos trabalhadores, em plenários que se vão realizar por todo o país».

A posição do Governo, é a de que é possível negociar com os representantes das empresas estatizadas, e das empresas privadas que por acaso vierem a comparecer às negociações, sendo os alargamentos dos acordos, feitos por via administrativa, a todo o sector.

Entretanto, a Comissão Negociadora encara outras formas de luta, da qual se não exclue a própria greve: — «Os trabalhadores dirão o que se fará, se o impasse se mantiver».

... e na Hotelaria

«Não se pode consentir que a situação se mantenha, pois isto seria adibcar da nossa condição de responsáveis sindicais; por esse motivo, outras formas de luta terão de ser estudadas e aplicadas» — disse um dos elementos da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do SUL, durante uma conferência de Imprensa realizada no passado dia 20 de Julho, na sede do respectivo sindicato.

Como já temos largamente noticiado, a situação que se vive no sector Hotelaria traduz-se por um boicote sistemático da entidade patronal às negociações, para o estudo e resolução de problemas respeitantes ao novo Contrato Colectivo de Trabalho.

A não participação nas reuniões referidas, tem sido justificada pelas entidades patronais das mais variadas maneiras, arranjando os pretextos mais diversos, desde simples razões formais à alegação de fundo de que o contrato que actualmente está em vigor nasceu sob pressões e até de coacção física sobre eles exercida.

«Ora isto não é de modo alguma verdade» — sublinhou um dirigente sindical, que acrescentaria — «As entidades patronais estão a tentar por todos os meios ao seu alcance tirar proveito das alterações do quadro político, e mentem descaradamente, ao afirmarem que assinaram o contrato obrigados, pois caso não assinassem, o COPCON os ia buscar».

No que diz respeito às novas formas de luta que a partir de agora se irão encetar, elas traduzir-se-ão em paralizações de trabalho de duas a três horas, que se estenderá não só aos trabalhadores Hotelarios, mas

também a todos os outros trabalhadores, cujos sindicatos têm deparado com idêntica situação: a do arrastar das negociações para resolução dos contratos colectivos, por falta de participação e ausência dos patrões.

Assim alguns sindicatos deram desde já o seu apoio e participação, como são os casos dos Trabalhadores da Construção Civil, Metalúrgicos, Panificação, da Indústria Farmacéutica entre outros.

As paralizações que, em principio irão começar foram aprovadas durante uma reunião efectuada em Lisboa com a participação de todos os sindicatos da Hotelaria, tanto do Norte como do Sul.

Nessa reunião participaram também representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Electricistas, Rodoviários, Garagens, Barbeiros e Fogueiros.

Entretanto, uma delegação dos trabalhadores hotelarios deverá avistar-se com o Secretariado da Central Única dos Trabalhadores, Intersindical, para troca de algumas impressões sobre a viabilidade e a oportunidade de um grande movimento sindical contra o congelamento, na prática, provocado pelos boicotes dos patrões, da contratação colectiva, e ao mesmo tempo contra as leis elaboradas sem prévia consulta dos trabalhadores, entre elas o Decreto-Lei 530/76, «que permite, sob pretextos vários, despedir trabalhadores sem justa causa e, além do mais, se nos afigura inconstitucional».

Os trabalhadores estão firmes na sua posição de não ceder um passo que seja na luta que estão travando. O apoio que lhes foi dado por outros trabalhadores, dos mais variados sectores, deu-lhes mais força e mais confiança na vitória.



OPERÁRIOS DA «AC» EM DEFESA DA SUA ORGANIZAÇÃO

Algumas centenas de trabalhadores da empresa «AC — Trabalhos de Arquitectura e Construção SARL» concentraram-se no passado dia 22, em Lisboa, em frente à sede da citada empresa, que fica situada na Av. António Augusto de Aguiar, a fim de protestarem contra a suspensão de dez camaradas de trabalho, que, ao mesmo tempo, eram membros do Conselho Provisório dos Trabalhadores. Essa suspensão foi feita pela Comissão Administrativa daquela empresa, que se encontra nacionalizada.

O transporte para Lisboa foi feito em autocarros alugados pelos próprios trabalhadores. Vieram operários das mais diversas obras, tais como: S. Tiago do Cacém, S. André de Sines, Setúbal, Palmela, Moita, Sintra, Barreiro e Casal do Marco.

Desde a segunda-feira, dia 19 de Julho, que os trabalhadores, no prosseguimento da sua luta, iniciaram uma greve de zelo.

Por todos os meios, a Comissão Administrativa da «AC — Trabalhos de Arquitectura e Construção SARL» tem feito manobras de intimidação aos trabalhadores. Mas estes não se deixaram levar por esses actos, e conseguiram realizar plenários no passado dia 20, em todas as obras. Depois de terem tomado esta iniciativa, os operários fizeram um apelo aos trabalhadores em geral para a defesa da sua organização, do controlo operário exercido pelas comissões de trabalhadores, e para que a Constituição seja cumprida, e o que nele está prescrito.

Entretanto, no lado oposto da barricada, os quadros da «AC» deram dia 21 uma Conferência de Imprensa na sala de *Bridge* do luxuoso Hotel Altis, na qual os elementos da mesa, de que faziam parte três engenheiros, um chefe de produção directa (mais normalmente conhecido por capataz), e um doutor, apresentaram as suas razões. Afirmaram que na empresa reina

a anarquia, as hierarquias não são respeitadas, não existe disciplina, que os plenários se realizam a todas as horas. Mas dizem mais: que as «minorias» e os «falsos trabalhadores» são de uma grande falta de «bondade», que pobres daqueles que são realmente «bons trabalhadores», «os verdadeiros», são por vezes obrigados a faltearem ao serviço, para não serem «instrumentalizados».

É esta a linguagem da Comissão Administrativa, que afirma só querer que reine uma disciplina funcional para que se consigam obter os chamados «índices de produtividade razoáveis».

Entretanto, grandes e bastante graves razões de queixa têm os Trabalhadores da «AC» — Trabalhos de Arquitectura e Construção SARL» que, por mais de uma vez, têm feito a denuncia pública da muito má administração que existe na empresa, e o lamentável facto de serem frequentes vezes obrigados a parar o trabalho, por falta de material nas respectivas obras.

A posição dos trabalhadores é bem clara, e bem forte. Lutam pela injusta suspensão de dez dos seus camaradas de trabalho, pois querem que eles regressem ao seu local de serviço. Para isso, estão dispostos a todos os esforços, e mantêm-se unidos para conseguirem alcançar os seus justos objectivos.



UNIDOS ORGANIZADOS VIGILANTES VENCEREMOS

OS REFORMADOS NÃO PODEM ESPERAR

1. A situação do reformado devia corresponder ao exercício de um direito longamente acumulado. A um homem que trabalhou durante anos e anos, que pagou as contribuições que lhe pediram, que fez a solidiez e a prosperidade de uma ou mais empresas, não é nenhum favor que, esgotadas as forças pelos anos ou pela doença, lhe sejam integralmente mantidas as condições para que viva em paz e dignidade.

Inelizmente, porém, é sabido que não é isso o que acontece. De um modo geral, pode dizer-se que os reformados a custo sobrevivem, e quase sempre em condições que devam ser a vergonha e o remorso de uma sociedade.

2. Para mais, a pretexto de que já não reúnem condições para o trabalho normal, os reformados são quase sempre marginalizados, até, muitas vezes, pelos próprios familiares, que os consideram «inválidos». Trata-se de uma injustiça grave, mas consagrada pelos hábitos. A verdade é que os trabalhadores reformados dispõem de conhecimentos e de experiência, tanto de ordem geral como no próprio plano sindical, que pode mostrar-se precioso. As formas de organização dos trabalhadores (sindicatos, caixas sindicais, associações de socorro-mútuo, etc.) muitas vezes foram iniciadas por trabalhadores, agora já reformados, por exemplo.

3. Perante esta soma de injustiças, a Constituição da República toma posição no sentido de remediá-las.

Assim, no seu Art. 63, n.º 4, prevê a criação de um «sistema de segurança social que protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, doença e orfanidade». E o Art.º 72, exclusivamente dedicado à velhice, diz que «o Estado promoverá uma política de terceira idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas». «Ihes proporcione «condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem o isolamento ou marginalização social».

4. Não basta, porém, que a Constituição o diga. É indispensável que alguém o faça.

É sabido que ninguém o fará, pelo menos com a rapidez necessária, se os próprios reformados, que são os grandes interessados no assunto, não tomarem o problema nas suas próprias mãos e não lutarem pelo rápido avanço das soluções previstas na Constituição, com a solidariedade da Organização Sindical.

É certo que já muitos trabalhadores reformados estão empenhados numa luta pela satisfação dos seus incontestáveis direitos, entre os quais

avulta o recebimento de uma pensão que os ponha ao abrigo da penúria extrema. Pois, como se sabe, a pensão mínima para eles estipulada é ainda de 2000\$00 mensais, e todos sabemos que, com essa verba, ninguém escapa da miséria.

Mas os reformados em luta serão sempre poucos enquanto não forem todos. Pois todos é que serão suficientemente fortes para fazerem ouvir a sua voz.

Por isso nos dirigimos aos que ainda ficam em suas casas, à espera que outros resolvam as suas questões, apesar de poderem ajudar.

5. Junto de cada União de Sindicatos Distrital funciona, ou deve funcionar, um grupo de trabalho para os problemas dos reformados. É à União de Sindicatos do seu distrito, portanto, que os reformados se devem dirigir, na certeza que da União, e de um modo mais geral de todo o Movimento Sindical, receberão todo o apoio possível (instalações, organização, etc.)

com vista a reforçarem a luta pela defesa dos seus direitos.

Nem admira que seja assim. Pois os direitos dos reformados de hoje serão, amanhã, os dos trabalhadores agora no serviço efectivo.

Porém, nem sempre será fácil a deslocação às sedes das Unões de Sindicatos, sobretudo se se residir em aldeias, vilas, ou até numa cidade de grande área como Lisboa ou Porto. Nestes casos, devem constituir-se comissões de freguesia, de concelho ou de zona, igualmente dedicadas às questões dos reformados, que darão apoio aos grupos de trabalho que funcionem nas Unões e deles receberão também auxílio.

6. O objectivo de todos esses esforços, que à inteira escala nacional recebem todo o apoio da Intersindical, é, em suma, o cumprimento das disposições contidas na Constituição da República.

É uma luta a travar por todos os trabalhadores reformados.

ADIADO O ENCONTRO DE JOVENS TRABALHADORES

Em reunião nacional das Comissões de Jovens Trabalhadores, levada a efeito no passado dia 17 nas instalações da Intersindical Nacional, decidiu-se adiar a realização do Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores que deveria ter lugar no próximo mês de Outubro. Mais de 80 participantes, representando 8 Unões, 26 Sindicatos e 2 Delegações, aprovaram por unanimidade aquela resolução, tendo em vista desenvolver um trabalho mais profundo entre a juventude trabalhadora, a nível distrital.

Preteende-se, deste modo, consciencializar e mobilizar um maior número de jovens e avançar, finalmente, para a realização do Encontro Nacional. Tendo em conta este último objectivo, foram aprovadas duas propostas em que se especificam algumas das tarefas que, neste momento, urge levar à prática.

Eis o teor da primeira proposta: 1.º — Que se formem, cada vez mais, Departamentos de Juventude nas Unões Sindicais e se analisem as formas de intensificar a organização.

2.º — Responsabilizar os Dirigentes Sindicais para que em conjunto com os Delegados Sindicais deem a conhecer a todos os jovens trabalhadores as teses que irão ser apresentadas e discutidas no futuro Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores.

3.º — As mesas teses, e outros problemas específicos dos jovens, deverão ser discutidas nas sessões de esclarecimento e Plenários de Trabalhadores.

4.º — Nos primeiros dias de Setembro será marcada uma reunião nacional de Delegados de Juventude das Unões distritais e dos Sindicatos onde, para além do balanço dos trabalhos em andamento será estudada a organização dos Encontros Distritais. Na segunda proposta que, de alguma maneira, completa a anterior decidiu-se:

— Considerando a necessidade do Departamento da Juventude da Intersindical estar suficientemente informado sobre o trabalho desenvolvido, e a desenvolver, pela juventude a nível nacional:

— Considerando a necessidade de manter correctamente informado todo o Movimento Sindical a nível nacional por forma a haver uma melhor coordenação do trabalho da juventude, levando assim a uma maior participação dos jovens nos seus Sindicatos.

Propomos: 1. — Que o departamento da Juventude da Intersindical faça um boletim periódico da actividade desenvolvida pelo Movimento Sindical.

2. — Que todas as Unões, Sindicatos e Comissões de Juventude centralizem no Departamento da Juventude da Intersindical toda a informação acerca das suas actividades.

Finalmente, os participantes a esta reunião decidiram que fosse elaborada uma tese em que se analisem os problemas específicos da juventude trabalhadora, tendo em vista a sua apresentação ao Congresso Nacional de Sindicatos a realizar brevemente.

Companheiro/a:

É NECESSÁRIO QUE SAIBAS:

- 1 — Que a Previdência que os fascistas montaram em Portugal, sempre funcionou como uma empresa capitalista ao serviço da exploração dos trabalhadores;
- 2 — Que para o fundo da Previdência apenas tu contribuis directamente com 6,5% do total do teu salário e indirectamente com 17% que é o resultado dos cálculos dos lucros e que também é dinheiro teu;
- 3 — Que cerca de 18 milhões de contos da Previdência foram trocados por papéis de Estado e acções em algumas das maiores empresas, o que levou a uma dupla exploração e ainda para que se pudesse manter a guerra colonial — onde morreram perto de oito mil jovens trabalhadores e cerca de 18 000 ficaram inutilizados;
- 4 — Que os patrões negociaram e negociam em seu próprio proveito, com o dinheiro dos descontos dos trabalhadores, em lugar de pagarem as contribuições às Caixas;
- 5 — Que as reformas de miséria atribuídas aos trabalhadores, na terceira idade são o resultado da política social do regime fascista e que só com a participação activa dos trabalhadores nos órgãos de decisão da Previdência será possível resolver a situação de injustiça dos trabalhadores reformados;
- 6 — Que os trabalhadores rurais, apesar de pertencerem a um sector-chave da produção, só a partir de 1969 foram abrangidos pela Previdência e com um regime especial, que lhes dá benefícios muito inferiores aos outros trabalhadores;
- 7 — Que, contrariamente ao indicado pelo Movimento Sindical, continuam a ser as Casas do Povo a conceder os benefícios aos rurais (com o dinheiro da poupança dos trabalhadores em geral) ainda dirigidas na quase totalidade por caciques fascistas que, em virtude do regulamento ainda em vigor, concedem de preferência os míseros benefícios aos seus lacaios e correligionários em prejuízo dos verdadeiros trabalhadores da terra;
- 8 — Que a situação de injustiça que abrange os rurais é o resultado dum regime regulamentação diferenciada, de visão estreita e discriminatória que apenas beneficia os agrários e seus familiares e protegidos, em detrimento dos trabalhadores do campo;
- 9 — Que as leis de funil do regime fascista, ainda em vigor, atingem somente os trabalhadores pois o patronato continua a estar sujeito à ridícula multa de 100\$00 pelo não pagamento das contribuições à Previdência;
- 10 — Que pode haver quem pretenda diluir o teu dinheiro no orçamento geral do Estado, para que não o possas controlar, para que não o possas administrar;
- 11 — Que o Conselho Coordenador da Previdência, conquista alcançada pelos trabalhadores, foi extinto pelo actual Secretário de Estado da Segurança Social, o que significa na prática arredar os trabalhadores do controlo da Previdência;
- 12 — Que o actual Secretário de Estado criou uma comissão só de «técnicos de gabinete» para estudar a integração da Previdência no Estado;
- 13 — Que a manutenção da Saúde dos trabalhadores e de todo o nosso povo, deve ser da responsabilidade do Estado, sob o controlo da população organizada;
- 14 — Que na assistência médica, os trabalhadores gastam cerca de 14 milhões de contos, e o Estado apenas 5 milhões;
- 15 — Que os Serviços Médico-Sociais têm sido utilizados para custear um percentagem elevada dos preços dos medicamentos, garantindo os elevados lucros dos laboratórios;
- 16 — Que os trabalhadores conquistaram a legalização do controlo e fiscalização dos dinheiros da Previdência numa acção de combate ao boicote efectuado pelas entidades patronais.

Assim, se queres uma sociedade mais justa e melhor para todos nós deves interessar-te por estes assuntos e promover a discussão no teu local de trabalho com os teus camaradas para encontrarmos formas de solução para estes problemas que nos são comuns.



OS TRABALHADORES PERANTE A CRISE DA ENERGIA

No dia 5 de Julho de 1975, o Movimento Sindical e os trabalhadores em geral, foram apanhados de surpresa pelas medidas drásticas para a poupança de energia.

Estas medidas, que afectam gravemente o funcionamento das unidades de produção criadoras da riqueza nacional, foram tomadas sem a prévia consulta nem a participação efectiva dos trabalhadores e resultaram em grande parte, da incuria e irresponsabilidade das entidades governamentais responsáveis (?) por este sector.

Quando se verificou o deficiente ritmo de enchimento das albufeiras o Ministério da Indústria e Tecnologia aliamou-se tardiamente com a perspectiva do esgotamento das reservas de água, presumivelmente muito antes do início da época das chuvas.

Estamos perfeitamente conscientes de que a seca é uma realidade, mas não podemos deixar de considerar que houve uma grave falta de planificação no sector da produção e do consumo da energia eléctrica, como seja:

— atrasos na entrada em serviço de novos centros de energia eléctrica previstos no planeamento do sector;

— deficiente concepção da principal central técnica de apoio — a Central do Carregado — que está longe de cumprir a função para que devia ter sido concebida;

— deficiente manutenção das máquinas das centrais térmicas devido ao excessivo tempo de funcionamento sem revisões;

— falta de medidas para atender, nos momentos oportunos, aos desvios verificados na prática, em relação ao planeamento aprovado;

— atraso nas medidas de emergência que deviam ter sido tomadas no devido tempo, e que por elitismo não foram tomadas.

No que à Central do Carregado diz respeito, constata-se a sua deficiente concepção para reduzir investimentos, medida de economia que está a ser paga excessivamente cara, em vista

dos prejuizos resultantes dos cortes. Sendo a primeira de grandes dimensões e situando-se próximo do grande centro industrial de Lisboa, esta Central devia ter sido concebida para um funcionamento com um elevado grau de disponibilidade, o que não tem acontecido nos últimos tempos.

Os frequentes incidentes que desde os últimos meses de 1975 se vinham a verificar, com o corte generalizado no País, foram sinais, claramente anunciadores da situação actual, que foram imprudentemente desprezados. perante os desvios em relação ao planeamento do sector eléctrico e indisponibilidades elevadas nas centrais térmicas de apoio, as medidas correctivas a curto prazo que uma equilibrada gestão impunham, não foram tomadas.

Os estudos de planeamento das novas centrais prevêem a satisfação dos consumos mesmo em caso de ocorrência de um ano muito seco (como o de 1976), pelo recurso à importação de energia eléctrica, donde se concluiu que, se o planeamento for bem cumprido, nunca surgirão restrições tão graves, como as verificadas neste momento, o que demonstra a existência das falhas a que nos referimos.

Sabemos que em Fevereiro deste ano a CPE alertou o Governo para a situação que já então se evidenciava. O assunto ficou, à moda antiga, no segredo dos gabinetes. Nos últimos dias de Fevereiro, grupos de trabalho, que se tinham formado um pouco por todo o país, apresentaram

propostas concretas que, a serem postas em prática, teriam muito provavelmente evitado as medidas drásticas que tardiamente saíram do Conselho de Ministros.

Esses grupos, que também julgaram dispensável o recurso à experiência dos trabalhadores e

iluminação de montras, o enorme dispêndio de energia eléctrica feito pela RDP em programas paralelos, e o consumo ao desbarato feito com a iluminação pública.

Nenhuma destas sugestões, foi atendida, nem consta que tivesse sido objecto de estudo.

Governo foge ao diálogo

Integrado na série de programas «Confronto» estava previsto para o dia 20 de Julho de 1976, um debate sobre as razões e as consequências dos cortes de energia. Participariam vários sectores interessados nesse problema, entre os quais a Intersindical Nacional.

Foi com estranhamento que fomos informados do cancelamento desse debate, poucas horas antes da sua realização. As razões justificativas dessa decisão aumentaram ainda mais a nossa perplexidade, segundo nos informaram da RTP, os representantes do Governo, segundo pensamos saber informados ao mesmo tempo, senão antes, do que quaisquer outros intervenientes no referido debate, não tinham tido tempo para preparar as suas intervenções.

Não podemos aceitar semelhante justificação na medida em que decisão tão grave, como a do corte de energia, não terá sido tomada sem profundos estudos e completo conhecimento das suas causas e efeitos. De resto e independentemente dessas razões e estudos, subsiste o facto de tais decisões terem sido tomadas sem consulta prévia ao sector mais interessado em todo esse processo: as classes trabalhadoras.

Furtando-se, uma vez mais, às explicações devidas à população, e ao diálogo com os representantes dos trabalhadores, o Governo autoriza-nos a pensar que tais medidas, além de falta de consulta às organizações dos trabalhadores, não teriam mesmo sido precedidas dos estudos que a situação exigia.

A Intersindical Nacional aproveitou este contacto com a RTP para exprimir o seu interesse em que esse reserve tempo de antena, que permita divulgar junto da população, em geral as posições da classe trabalhadora face a este assunto, independentemente da realização do programa, agora prejudicado pela não comparência dos representantes do Governo.

O Secretariado da Intersindical Nacional

ao seu direito constitucional de participação propunham, entre outras iniciativas, a limitação das horas de espectáculos, da televisão, dos divertimentos, citavam os gastos dispensáveis com anúncios luminosos, com

A única reacção do Governo a este alerta para uma situação que se agravava hora a hora, veio meses depois com medidas drásticas que deram ao patronato oportunidade de tentar desviar para os trabalhadores os

prejuizos gerados pela imprevidência dos sectores governamentais directamente responsáveis.

Apesar de os trabalhadores não terem quaisquer responsabilidades pela actual situação, têm procurado minorar os seus efeitos sobre a economia nacional, como foi o caso dos trabalhadores da Lisnave que conseguiram reduzir de 50% o consumo de energia sem prejuizo da produção; e dos trabalhadores do Metropolitan que pouparam por mês a energia correspondente a um dia de corte.

E, apesar, também, de terem sido sistematicamente recusados os documentos de trabalho para o aprofundamento do problema — mesmo depois do compromisso assumido pelo Secretário de Estado da Energia e Minas, durante a reunião tida, no passado dia 10, com elementos da Intersindical — dezenas de reuniões de trabalhadores foram feitas e soluções muito concretas foram encontradas.

PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Os cortes realizados durante o mês de Julho, têm sido justificados pela necessidade de poupar a água das albufeiras, de modo a garantir a produção futura de energia eléctrica.

Verifica-se, no entanto, que entre as 18 horas e a 1 hora da manhã dos dias de trabalho, e aos sábados e domingos, não há interrupção de energia eléctrica, continuando a existir durante esses períodos o desfalçamento de água das albufeiras. Ora as restrições durante esses períodos afectariam apenas consumos não industriais, permitindo a utilização da energia poupada nas horas em que estão agora a ser afectados sectores industriais, com graves limitações da produção nacional.

Realizando uma gestão mais racional da água das albufeiras e dos fios de água; concentrando a sua produção nas horas industrialmente mais activas; concentrando os tempos de restrições entre as 18 e a 1 da manhã, e aos sábados e domingos; será possível diminuir muito significativamente os prejuizos que estão a ser causados à indústria nacional.

Com os elementos de estudo que insistentemente temos exigido e que, como dissemos, nos foram prometidos pela Secretaria de Estado, ser-nos-ia possível quantificar os valores que estão na origem das nossas afirmações. Assim, só nos é possível avançar hipóteses de trabalho, suficientemente convincentes para merecerem um aprofundamento imediato.

Uma realidade está, porém, perfeitamente evidente: é que a nossa proposta de solução pouparia a produção industrial — nesta fase da economia nacional.

NÃO AO TERRORISMO

Os bandos fascistas com a convicção de todas as forças contra-revolucionárias internas e internacionais continuam os atentados terroristas, sem que até agora as autoridades portuguesas tenham tomado as medidas necessárias para garantir a ordem democrática.

Algumas horas, apenas, depois do segundo ataque bombista contra a Casa de Angola em Lisboa, foi a vez de ferir o povo moçambicano, através da destruição da delegação da DETA.

O que o fascismo imprudentemente absolvido de meio século de crime contra o povo português, pretende atingir com os seus cobardes atentados é a Revolução Portuguesa, são as relações fraternas do Estado e do povo português com os povos dos novos países africanos e são todas as organizações democráticas, sindicais, políticas ou sociais.

O Secretariado da Intersindical Nacional expressa veementemente o seu protesto e indignação perante o descrédito internacional que a passividade e incompetência das autoridades portuguesas pode conduzir o novo Portugal.

Reafirma aos povos de Angola e Moçambique e aos seus Governos, a fraterna solidariedade dos trabalhadores, como no tempo em que, na clandestinidade, nós e eles, numa heróica guerra de libertação, lutávamos contra o mesmo inimigo.

Ao Conselho da Revolução, pela responsabilidade que lhe cabe na defesa do Movimento heróico que as Forças Armadas desencadearam, na madrugada do 25 de Abril de 1974; à assembleia da República que elegemos para que defenda e exija a aplicação da Constituição desta Pátria, pátria por ela definida como democrática e a caminho do socialismo; ao Presidente da República que se comprometeu perante o povo português a defender e a respeitar essa Constituição; ao primeiro Governo Constitucional que teremos dentro de dias, os trabalhadores portugueses exigem as mais severas medidas contra os inimigos da liberdade e da democracia, a prisão e o julgamento de todos aqueles que ontem exploraram, torturaram e assassinaram e hoje, pela catada da noite, atacam à bomba as Casas dos Povos nossos amigos e irmãos de luta e as organizações dos trabalhadores.

Não podemos consentir que as autoridades continuem inoperantes perante os constantes ataques à democracia. Queremos ordem mas a ordem democrática. Queremos uma Liberdade que não proteja os Inimigos da Liberdade.

Os trabalhadores começam a pensar que as autoridades não se esforçam para cumprir com os deveres que o Povo lhes confiou.

Lisboa, 22/7/76.

1º ENCONTRO NACIONAL DE SINDICATOS E COMISSÕES DE TRABALHADORES

O Inatel e a Intersindical Nacional, dando cumprimento às decisões tomadas nas reuniões de 20 e 27 de Maio do corrente onde estiveram representados 10 sindicatos, 2 comissões de trabalhadores a Intersindical, o GItus, a Crara e o Inatel, vão realizar o 1º Encontro Nacional de Sindicatos e Comissões de Trabalhadores. Este Encontro, a realizar nos próximos dias 30 de Julho e 1 de Agosto no IST "subordinar-se-á ao tema «O Inatel e o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores».

Neste Encontro terão assento todos os sindicatos aderentes ou não à Intersindical e as CT's de todo o País.

Para uma melhor compreensão dos objectivos do referido Encontro, «Avancada» entrevistou dois membros do Secretariado Organizador: Vítor Carvalho do Inatel e António Rossas da Intersindical. Ao longo da conversa foram ainda tratados outros temas como, por exemplo, o Património do Inatel.

A necessidade da consciencialização dos trabalhadores portugueses para o que é o que deve ser o Inatel, e ainda o controlo efectivo deste organismo pelos que trabalham, foram algumas das chamadas de atenção feitas pelos nossos entrevistados.

Eis a nossa conversa:

«Alav.» — Como surgiu este Encontro?

V.C. — O Inatel, através do Gabinete de Informação e Relações Públicas, tentou contactar com os trabalhadores através da sua organização de classe. Assim e tendo em conta que o Inatel tem de estar ao serviço dos trabalhadores, fizemos vários contactos com as delegações do Inatel, com sindicatos e comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa, do Sul e Ilhas. Através destes contactos procuramos demonstrar como pode e deve ser o Inatel. Este organismo deverá ser, antes de tudo, o operador cultural dos trabalhadores. Entenda-se por operador cultural uma acção conjunta de cultura, desporto, turismo e férias.

Quando da realização das diversas reuniões já atrás mencionadas, sobretudo informativas do papel que o Inatel deve ter, surgiu por parte dos sindicatos a proposta da realização de uma reunião a nível nacional de quadros dirigentes, de responsáveis sindicais e das CT's de todo o País. Esta reunião englobará trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados. Portanto, a reunião proposta teria como objectivo a ampla discussão e o traçar de certas linhas de acção.

Nas reuniões efectuadas nos dias 20 e 27 de Maio, no Inatel, foram designados para organizar e convocar esse Encontro — que é dirigido a todos os sindicatos, estejam ou não filiados na Intersindical e às CT's de todo o país — a Intersindical Nacional e o Inatel.

«Alav.» — Quais os objectivos do Encontro?

V.C. — Os objectivos do Encontro centram-se



fundamentalmente na informação, discussão e apoio às resoluções e às orientações, que os trabalhadores realmente desejem e democraticamente expressem, no tocante à ocupação dos seus tempos livres. O Encontro será mais uma reunião desejada e exigida pelos sindicatos que compreenderam a necessidade de conduzirem paralelamente às suas tarefas de ordem económica, uma tarefa fundamental que diz respeito ao aproveitamento dos seus tempos livres. É por isso que este Encontro tem mais um carácter de reunião de trabalho do que de Congresso, o que poderia representar a consagração da discussão já posta em prática.

O Inatel, através das suas delegações distritais que são dirigidas por sindicalistas eleitos conjuntamente com as Unões de Sindicatos Distritais e Locais, levarão à prática a ligação obrigatória e indispensável do aparelho sindical ao aparelho Inatel, na medida em que este deverá ser o prolongamento natural das preocupações dos trabalhadores, uma vez saídos dos seus locais de trabalho.

«Alav.» — Qual o património do Inatel?

V.C. — O Inatel oferece aos trabalhadores um património herdado de um organismo corporativo fascista, e torna-se urgente que aqueles tomem consciência da sua existência. Poderá parecer ridículo falarmos de 5 centros de férias e 2 parques de campismo, de 2 ou 3 refeitórios; de 3 ou 4 edifícios onde se encontram as sedes distritais do Inatel, que têm, no entanto, potencialidades para instalar outros equipamentos. Os

milhares de contos deste património representam, enfim, a planificação da acção Inatel que poderá vir a beneficiar muitos milhares de trabalhadores. Só tendo consciência deste património e do «Plano de Reestruturação da Fnaf», poderão os trabalhadores compreender a necessidade de

patronal em função da soma dos salários dos trabalhadores). Nesta permissão encontra-se também o Estado, na qualidade de entidade patronal dos trabalhadores da função pública. Isto implica que todos os trabalhadores sejam automaticamente sócios e beneficiários do Inatel. Esta

Sindical da República Democrática Alemã. Isto é uma realização conjunta do Inatel e da FDGB.

«Alav.» — Quais os departamentos actualmente em função no Inatel?

V.C. — Neste momento existem vários departamentos. O Departamento do Turismo Social, sobre o qual já fizemos alguns comentários. O Departamento de Refeitórios e Férias que tem a seu cargo os centros de férias, os parques de campismo e os refeitórios onde são servidas refeições a baixos preços aos trabalhadores. Neste momento estes refeitórios só existem em Lisboa, Porto e Setúbal, prevendo-se, logo que possível, a abertura de outros, noutras distritos. Chamamos a atenção para o facto de nas zonas industriais de Lisboa e Porto muitos dos refeitórios das empresas serem fornecidos em géneros pelo Inatel. Departamento Desportivo em que, além de se manterem em actividade as modalidades praticadas já pela Fnaf, algumas iniciativas foram agora tomadas, tais como a animação desportiva através da existência de animadores desportivos nas delegações distritais, e cursos de formação de animadores de empresa. A orientação geral deste departamento pretende a transformação do desporto tipo «arranca canelas», em acções culturais de são convívio entre trabalhadores. O Departamento de Animação Cultural que dispõe de animadores culturais em quase todos os distritos do País.

Por outro lado, este departamento já promoveu, e continuará a fazê-lo, Cursos de Formação de Animadores que tem levado teatro, música, ópera, cinema, não alienantes aos trabalhadores. Para acompanhar este departamento na sua acção, existem departamentos de apoio tais como: o Departamento de Aproveitamento, Pessoal, etc. Lembramos, também, que existe no Inatel um Gabinete de Documentação Operária Camponesa, em Setúbal, que, em colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal e Junta Distrital, em breve transformará em realidade um museu vivo do trabalho».

Salientamos, ainda, o facto de o Encontro se desenrolar com base no Projecto de Reestruturação, oportunamente distribuído, e que a data limite de inscrição é até ao dia 24 de Julho de 1980.

Camarada! Participe. As inscrições deverão ser comunicadas para Inatel — Departamento de Informação e Relações Públicas — Calçada de Santana, 150, Lisboa-2, ou pelos telefones: 53 88 71; 57 52 88; 57 53 90; 57 54 15.

dele se servirem e controlarem, porque são os trabalhadores quem paga, de uma ou outra maneira, directa ou indirectamente, esse património. O aproveitamento do actual património e o seu futuro desenvolvimento é um direito que os trabalhadores não podem prescindir. É uma grande conquista ter-se subsídio de férias, é conquista a aquisição de mais tempos livres, mas isto de nada servirá se não tivermos um aparelho de trabalhadores que crie, aproveite e permita a ocupação dos tempos livres. O Inatel possui neste momento locais no campo, terras, praia, serra, que os trabalhadores desconhecem e não aproveitam. Este património não poderá ser alienado para outros fins que não os da ocupação dos tempos livres dos trabalhadores. Por outro lado, chamamos a atenção dos trabalhadores para o facto de que o subsídio de férias deverá ser para o gozo de férias perfeitamente merecidas após um ano de trabalho.

«Alav.» — Porque razão é necessário ser-se sócio do Inatel para usufruir de todos esses benefícios, sabendo nós que este organismo é financiado pela Previdência, Toboia e sindicatos?

V.C. — Porque esta é ainda uma disposição da antiga Fnaf. Nós achamos que isso é uma injustiça porque, para além do mais, o dinheiro que financia este organismo vem também dos trabalhadores. No «Plano de Reestruturação da Fnaf» propõe-se um outro processo de financiamento que consiste numa permissão (contribuição indirecta paga pela entidade

condição, porque inserta no Plano de Reestruturação, ter de ser aprovada por decreto-lei após serem ouvidos os trabalhadores, tal como determina a Constituição.

«Alav.» — Qual a ligação entre o GItus e o Inatel?

A.R. — A Intersindical criou um departamento, o GItus, posto que na altura o Departamento de Turismo da ex-Fnaf não correspondia às necessidades dos trabalhadores.

Contudo, esta situação tem vindo a modificar-se, e modificar-se-á muito mais, sobretudo através de uma colaboração estreita, já iniciada entre o GItus e o Departamento de Turismo do Inatel.

Esta actividade turística está profundamente relacionada com os campos de turismo interno e externo e com o intercâmbio entre trabalhadores portugueses e de outros países. Um caso concreto e imediato do que acabou de ser dito: no próximo dia 2 de Agosto, 30 trabalhadores portugueses irão passar 17 dias num Centro de Férias da Central

ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS

Do Vietname e da Itália, da França e da Guiné-Bissau, da União Soviética e de organizações de portuguesas emigradas, entre outras origens, foram enviadas saudações ao Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras que se realizou no passado dia 24, em Lisboa. De facto, para lá da significativa presença de muitas centenas de participantes ao Encontro, vindas de todos os pontos do País, era o Mundo inteiro que estava ali, no IST, em Lisboa, para exprimir às mulheres portuguesas que elas não estão apenas unidas e conscientes, o que é muito; que estão também acompanhadas.

O Encontro, após a leitura das saudações recebidas e da alocação inicial, desdobrou-se por quatro Secções, podendo cada participante escolher, de entre elas, aquela cujo tema mais lhe interessasse: A Mulher Trabalhadora na Indústria, Agricultura e Serviços; A Mulher e a Saúde e Assistência; A Mulher na Terceira Idade; A Participação da Mulher Trabalhadora na Vida Sindical. Os trabalhos de todas as secções decorreram sempre com interesse e vivacidade, sendo algumas das intervenções interrompidas por vibrantes salvas de palmas. Concluídos os trabalhos e apuradas as conclusões, o Encontro foi encerrado, de novo, em sessão plenária, num clima de grande alegria e entusiasmo. Entoado por centenas de vozes femininas, o hino da Intersindical foi uma nota significativa desses últimos momentos.

A riqueza do acontecimento não permite, nem de longe, que o «Avança» faça dele uma crónica pormenorizada. Mesmo a publicação das Conclusões de cada uma das quatro secções não pode ser integral, e será certamente objecto de uma publicação especial. Mas o que aqui fica escrito, e a documentação fotográfica, servirá, esperamos, para dar aos leitores uma ideia do que foi esta importante jornada de trabalho e avanço unitário, particularmente relevante num País onde as condições concretas da vida das mulheres trabalhadoras e as pressões sociais exercidas sobre elas podiam justificar, em relação ao Encontro, algum pessimismo que os factos de modo nenhum confirmaram.



● saudação da Intersindical Nacional

Em nome do Secretariado da Intersindical Nacional e da Comissão Organizadora do Encontro das Mulheres Trabalhadoras, dirijmo-nos a todas as camaradas presentes para vos saudar muito fraternalmente e vos desejar uma boa jornada de trabalho.

Quero, igualmente, exprimir-vos a nossa firme convicção de que a realização do Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras marcará um passo importante no avanço da consciência e da organização da mulher trabalhadora portuguesa.

É isto é fundamental. Julgamos não errar se dissermos que esses dois factores — consciência de classe e reforço da organização — são elementos de capital importância para o desenvolvimento da acção do movimento operário e sindical. Na verdade, não se pode imaginar o reforço do movimento operário e do movimento sindical sem uma forte participação da mulher. Ignorar tal facto é, conscientemente ou não, estar a amputar o exército dos trabalhadores de uma parte extremamente importante.

E as forças exploradoras têm perfeito conhecimento disto. Tanto assim que desde sempre procuraram manter a mulher afastada da participação sindical e da intervenção política e, hoje como sempre, continuam a mobilizar todos os recursos de que dispõem no sentido de neutralizarem a mulher como força actuante no seio dos movimentos trabalhadoras. A tradicional reclusão das mulheres no âmbito limitado do

lar, a sua sujeição a códigos morais mais exigentes e mais repressivos, que os aplicados aos homens, são formas de afastar as mulheres do campo largo da vida onde se jogam os interesses das classes trabalhadoras.

Nós sabemos, porém, que o mundo está em transformação, que essa transformação aponta inevitavelmente para a libertação final dos trabalhadores, e que aí se situa também a libertação das

mulheres. Por isso é que estamos aqui. A mulher das classes trabalhadoras e, na pequena burguesia e, nas sociedades capitalistas, um ser politicamente marginalizado, socialmente diminuído e culturalmente condicionado. Como educadora, ela transmite naturalmente os valores que recebeu: o fatalismo, a superstição, a passividade face aos múltiplos autoritarismos, a humildade perante os mais poderosos e a arrogância para os mais fracos, o respeito pela ordem estabelecida. Isto é o que rejeitamos. Também por o rejeitarmos é que estamos aqui.

Mas é claro que o estamos aqui desagrada a muita gente. Desagrada, como bem se entende, aos que se sentem ameaçados pelo facto de nos encontrarmos.

Não nos surpreendamos, pois, camaradas, quando vimos a inquietação e o medo, mascarados de traça, que os encontros de mulheres, como este que agora iniciamos, despertam nos meios ligados ao patronato e à exploração.

Eles sabem que, quando trabalhadoras politicamente esclarecidas, ou já movidas para se esclarecerem, se reúnem para discutirem os seus problemas e o seu lugar na sociedade, é quase metade da população trabalhadora que inicia um processo de revisão de valores que a levará à rejeição do papel que a força lhe atribuíram.

Eles, sabem, camaradas, que a sua real fraqueza só conseguirá impor-se à força do trabalho enquanto estiver de pé o esqueleto de mitos e fábulas em que assentaram uma moral que é falsa, mas que lhes serve os interesses: a ordem social dos senhores e dos servos, dos exploradores e dos explorados, dos opressores e dos oprimidos.

Eles sabem que quando as mulheres encontrarem as melhores formas de organização

para libertarem as suas camaradas das teias da ideologia burguesa; quando a maioria das trabalhadoras se dispuserem a transformar as relações na família, no trabalho, na sociedade, as classes trabalhadoras avançarão vitoriosamente para a construção de uma sociedade mais justa, como um só bloco, homens e mulheres em perfeita igualdade.

Pois a Unidade é a força, e eles sabem-no. Pois a Unidade é esse momento em que estivermos todos do mesmo lado, que é o nosso lado, o dos homens e mulheres que trabalham e duramente conseguem criar os seus filhos e defender as suas esperanças. E a Unidade, a Força, o Futuro está à vista, ao alcance das nossas mãos desde que nós, mulheres, claramente nos apercebemos que nos queremos encerrar num labirinto de preconceitos e de enganos onde nos perdéssemos do Mundo e do profundo sentido da Vida. Porque é a Vida que nos chama para a luz, para o mútuo encontro e para este acto verdadeiramente histórico de darmos as mãos e avançarmos na solução dos nossos problemas.

Problemas que nem sempre são exclusivamente das mulheres, é certo. Mas que quase sempre se põem às mulheres de uma forma particular, específica. Por isso nos juntamos para os resolvermos. Para abrir caminho.

E já não podemos parar, camaradas. Pesam sobre os nossos ombros de trabalhadoras de mães e de educadoras daqueles que háo-de construir o futuro, grandes e responsabilidades. Mas esse peso e a consciência dele são também a razão do nosso orgulho. Porque sabemos que a sociedade justa que desejamos e pela qual somos capazes de lutar só é possível com a plena

participação das mulheres trabalhadoras.

Por isso recusamos hoje, firmemente, o papel passivo que nos quiseram atribuir. Por isso assumimos, com a alegria de quem finalmente se encontra a si própria, o papel de mulheres conscientes numa sociedade em transformação. Por isso estamos aqui para rasgar caminhos por onde os nossos filhos háo-de passar. Pois melhorar as condições concretas da vida da mulher, transformá-la radicalmente, é melhorar e transformar o Mundo. E esta é a tarefa que escolhemos.

Agora, iremos para as sessões de trabalho pensar e analisar em comum, na alegria de o fazermos colectivamente, os problemas que tentei muito sumariamente caracterizar. Essas sessões, que cada uma de vós pode escolher segundo as suas preferências, são:

1. A Mulher no Trabalho, na Indústria, Agricultura e Serviços.
2. A Mulher Trabalhadora na Saúde e Assistência.
3. A Mulher Trabalhadora na Terceira Idade.
4. A Participação da Mulher Trabalhadora na Vida Sindical.

Mais uma vez, camaradas, vos desejo uma grande e proveitosa jornada de trabalho que é luta.

Hoje, reunimo-nos para tomarmos consciência mais perfeita dos problemas sociais, económicos e políticos das mulheres trabalhadoras. Para lhes encontrarmos soluções. Para, enquanto trabalhamos em conjunto, nos olharmos e reconhecemo-nos como autênticas companheiras na vida, no trabalho, na luta. O objectivo final é a grande união de toda a família trabalhadora para a construção da sociedade democrática e socialista.

Unidas, esclarecidas, organizadas, VENCEREMOS.

MULHERES TRABALHADORAS

● a mulher na indústria, agricultura e serviços

Na sociedade capitalista, a força de trabalho é comprada pelos detentores dos meios de produção que se apropriam da parte da parte maior da riqueza socialmente produzida, deixando ao trabalhador apenas o necessário à sua sobrevivência e reprodução.

Esta é a contradição fundamental da sociedade capitalista, por muito que os seus teóricos, através dos seus meios de comunicação social a procurem ocultar e disfarçar.

A influência das ideias da classe dominante exerce-se sobre todos os membros da sociedade, mas atinge consequências mais profundas nas camadas com menor consciência dos porquês da sua situação de miséria, exploração e opressão.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista mais e mais braços são necessários aos exploradores para manterem e alargar o seu poder económico. O trabalho infantil, o trabalho das mulheres, surgem como consequência lógica do tipo de desenvolvimento histórico do capitalismo, mas contraditoriamente criam melhores condições para a libertação definitiva de exploração e opressão.

Como qualquer trabalhador, a mulher trabalhadora é, nesse regime, explorada na força do trabalho com que contribui para o processo produtivo. Como qualquer outro trabalhador, a mulher trabalhadora assiste ao roubo e depilação de mais valia do fruto do seu trabalho, por parte do capital parásitário que, não produzindo riqueza, colhe desta a porção maior.

Na forma de capitalismo existente em Portugal sob o fascismo, a exploração da classe operária e de todos os trabalhadores foi, como em qualquer regime fascista, particularmente intensa.

E foi-o à custa da mais violenta repressão, confirmando a natureza do fascismo como ditadura terrorista dos monopólios, ligados ao imperialismo, e dos latifundiários, ou seja da facção mais reaccionária da burguesia.

Essa exploração e essa repressão atingiram também, como é natural, as mulheres trabalhadoras.

Era a prática decorrente do fascismo de aproveitar e fomentar os baixos salários pagos ao homem e a consequente redução do orçamento familiar para explorarem ainda mais intensamente o trabalho da mulher, pagando-lhe salários ainda mais baixos do que aos homens, mesmo nos casos de igual qualificação e de idêntico trabalho relativo e quantitativo.

Era prática do fascismo aproveitar e fomentar de todos os modos a não especialização e formação profissional da mulher trabalhadora (além da discriminação relacionada com o ensino e o acesso à cultura) para lhe entregar trabalhos não especializados, necessariamente menos bem pagos e normalmente mais pesados que os especializados.

Era prática corrente do fascismo de consagrar na lei uma situação subalternizada e marginal da mulher, a pretexto da sua (falsa) condição e dum a menos falsa natureza das coisas, que levou a que fossem drasticamente reduzidos os direitos sociais da mulher, nomeadamente na família, na capacidade contratual e no direito de associação comercial.

Era prática corrente do fascismo manter uma Previdência que além de uma má qualidade dos serviços prestados e da sua escassez, não abrangia amplos sectores da população trabalhadora; conferir reduzidos direitos no período da gravidez, parto e aleitação; desprezar a criação de refectórios e creches; manifestar-se insuficientes, prestando serviços de má qualidade e normalmente caros.

Era prática sistemática pelo fascismo dum a política de obscurantismo, levantando obstáculos dos mais diversos, nomeadamente económicas, ao acesso ao ensino, o que conduziu a que, em 1970, houvesse cerca de 3 milhões de analfabetos, mais de metade dos quais mulheres.

Era a prática corrente do fascismo não reprimir, antes favorecer, o exercício de um poder ditatorial do patronato nas empresas, especialmente sobre as mulheres trabalhadoras, com transferências arbitrárias, ameaças de represálias e despedimentos compulsivos, sem justa causa nem indemnização.

Como consequência de tudo isto surgiam as elevadas taxas de desemprego, as mais diversas manifestações de miséria e as migrações internas e externas, de famílias inteiras para os grandes centros industriais em busca de melhores salários e de melhores condições de vida e de trabalho que, na maior parte dos casos, apenas se traduziam em exploração e miséria ainda mais intensas.

melhores salários, contra a subida do custo de vida, contra a sabotagem económica e contra todas as investidas das forças políticas mais reaccionárias e do imperialismo, as mulheres, sobretudo as mulheres trabalhadoras, tiveram um papel muito importante e contribuíram de forma decisiva para barrar o caminho às forças reaccionárias e para impulsionar o processo revolucionário.

Simultaneamente, as mulheres trabalhadoras beneficiaram de outras importantes conquistas, para o que também contribuíram: a sindicalização de inúmeros trabalhadores que anteriormente não dispunham desse tipo de organização, nomeadamente os trabalhadores rurais; a celebração

criação de novos postos de trabalho, por uma segurança social eficiente, generalizada e gerida pelos trabalhadores, pela defesa das liberdades democráticas, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do Controlo Operário, da organização popular e das restantes conquistas dos trabalhadores, identifica-se hoje com a exigência de uma política de esquerda e é parte integrante da luta pelo fim da sociedade dividida em classes.

Muitos destes objetivos, e outros, como o direito dos trabalhadores de formarem e gerirem, de forma autónoma, organizações de classe com amplos poderes na sociedade e na economia a nível de empresa, de sector e global, são reconhecidos pela Constituição. Por isso há que impor a sua aplicação como forma de defender a Constituição e de impulsionar o processo democrático.

O Movimento Sindical tem, na luta por estes objetivos, um papel tanto mais importante quanto maiores forem a unidade que fomentar entre os trabalhadores e a unidade que os trabalhadores lhe imprimirem pela sua participação cada vez mais activa.

Torna-se, por isso, necessária a criação de condições para uma cada vez maior participação dos trabalhadores, nomeadamente as mulheres trabalhadoras, na vida sindical, paralelamente à necessidade dos Sindicatos prestarem cada vez maior atenção aos problemas gerais e específicos dos trabalhadores que essa participação assegure.

Em conclusão preconiza-se:
1 — O reconhecimento de que o direito das mulheres ao trabalho e a prática deste direito, sem qualquer discriminação, exige uma política que tenha em conta os interesses gerais dos trabalhadores portugueses e de que não é possível a sua realização sem que sejam asseguradas as liberdades, as conquistas alcançadas e a democracia.

2 — O reconhecimento de que os problemas das mulheres fazem parte do conjunto dos problemas de todo o nosso povo, por uma sociedade mais justa onde não tenha lugar a exploração do homem pelo homem.

3 — O reconhecimento de que nas empresas, nos sectores, nas regiões onde mais desenvolvida se encontra a luta dos trabalhadores, menores discriminações existem entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, pelo que se impõe o seu desenvolvimento progressivo e alargamento a todas as empresas, sectores e regiões.

4 — O reconhecimento de que ao Movimento Sindical Unitário cabe um importante papel no esclarecimento, na organização e na mobilização das mulheres trabalhadoras, com vista à sua integração na luta mais geral, que é a luta de todos os trabalhadores portugueses.

5 — Compete ao Movimento Sindical Unitário desenvolver todos os esforços e lutar no sentido da resolução de alguns dos mais importantes problemas que afligem a mulher no trabalho, caso das discriminações salariais, no direito ao trabalho, na segurança social e na melhoria da valorização profissional, na formação profissional e cultural.



Foi contra esta situação que milhares de antifascistas, entre os quais muitas mulheres, lutaram abnegadamente, dando o melhor das suas vidas (frequentemente a própria vida) no combate ao monstro fascista, combatendo finalmente vitoriosamente em 25 de Abril de 1974.

O derrube do fascismo abriu caminho a um série de conquistas alcançadas graças ao esforço denodado, à coragem e sobretudo à unidade das massas trabalhadoras.

A instauração das liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o Controlo Operário e a Organização Popular foram possíveis porque, correspondendo à necessidade do processo revolucionário e dos trabalhadores, tiveram nestes os seus obreiros mais interessados e activos.

Neste processo, como na luta por

nesses sectores, dos primeiros contratos colectivos de trabalho e revisão, noutros, dos anteriormente vigentes; os aumentos salariais e a consequente recuperação do poder de compra dos trabalhadores; o alargamento e a melhoria dos benefícios da previdência social.

Uma fase do novo regime de liberdades democráticas concluiu-se com a entrada em vigor da nova Constituição, que consagra importantes conquistas das classes trabalhadoras, entre as quais os direitos democráticos fundamentais e os direitos económicos, sociais e culturais sem qualquer distinção baseada na situação económica ou na condição social. Também as discriminações de direitos entre o homem e a mulher são proibidas constitucionalmente o que é uma importante conquista do movimento operário.

NO ENTANTO, O SEU RECONHECIMENTO FORMAL NÃO BASTA PARA QUE A REALIDADE PRÁTICA SE ALTERE.

Enquanto perdurar o sistema capitalista, enquanto prevalecer a exploração do homem pelo homem, característica desse sistema, a realidade económica e social encarrega-se de negar na prática toda a igualdade de direito reconhecida.

Só numa sociedade socialista pode haver uma justa retribuição do trabalho, podem ser resolvidos dum a forma generalizada os problemas do emprego e do custo de vida, da habitação e dos transportes, da produção industrial e agrícola, do acesso ao ensino e à cultura, da segurança social e da saúde.

A luta por melhores condições de vida e de trabalho, pelo aumento dos salários directos e indirectos, para a contenção dos preços dos produtos de primeira necessidade, pela



ENCURTAMENTO DA VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS

● a mulher a saúde e assistência

A saúde tem de ser reconhecida como um direito inalienável de todas as pessoas, cabendo ao Estado a criação dos meios necessários para a efectivação daquele direito. Com efeito, não basta que em diplomas legais se afirme e reconheça aquele direito impondo-se antes a criação de estruturas que assegurem a sua concretização.

Note-se, a este respeito, que já antes do 25 de Abril em vários diplomas legais se afirmava o direito de todos os cidadãos à saúde. No entanto, qualquer análise da situação médica sanitária mostrava as condições extremamente deficientes do país também neste campo, as quais são confirmáveis de vários indicadores estatísticos.

O panorama da saúde é ainda mais grave no que diz respeito à saúde mental, quer no desequilíbrio entre o número de médicos e a população (desde os distritos inteiros sem psiquiatras até distritos em que existe um só psiquiatra para 300 mil ou 400 mil habitantes) quer pela falta de sensibilização das populações para estes aspectos de saúde. É geralmente a consciência de também grande número de doenças psíquicas terem a ver com questões de classe, nomeadamente as más condições de trabalho verificadas em muitos sectores.

Impõe-se pois a criação do Serviço Nacional de Saúde, condição indispensável para todos os cidadãos terem acesso aos cuidados básicos da saúde, o qual deve compreender os serviços de medicina no trabalho.

Independente do modo como seja organizado o Serviço Nacional de Saúde, existem princípios fundamentais que o devem integrar. De entre eles salientam-se os seguintes:

- O custo dos cuidados da saúde devem ser suportados pelo Estado e não pelos trabalhadores isoladamente;
- Todo o cidadão deve ter direito, nessa qualidade à saúde;
- Total aproveitamento dos recursos existentes, de modo a que cada cidadão deles possa beneficiar plenamente;
- Implantação de uma medicina caracterizadamente preventiva;
- Progressiva abolição da medicina privada.

A criação de um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde é de difícil viabilidade porque um certo número de problemas dele resultante só encontra condições de boa solução numa sociedade socialista. Sendo assim, só a participação dos trabalhadores através das suas organizações e, de um modo geral, das populações aos vários níveis tornará possível arrancar com este projecto dados os obstáculos postos pelas estruturas capitalistas à estruturação de um Serviço Nacional de Saúde e a consequente eliminação da medicina livre.

Importa estabelecer a coeordenação dos vários serviços ligados à prevenção, tendo em vista uma acção eficaz neste domínio e a conveniente racionalização dos recursos existentes e a posterior centralização num único organismo. Impõe-se a melhoria das condições de vida da população e o lançamento de estruturas de saneamento básico.

A aplicação no nosso país do princípio do total aproveitamento dos recursos existentes implica em particular a adopção de medidas

concretas conducentes à articulação das instituições de saúde existentes em hospitais distritais, concelhios, municipais, clínicas particulares (que devem ser nacionalizadas) postos clínicos da Previdência, centros de saúde, etc., que, englobando-se em centros comunitários de saúde, onde deverão ser ministrados os cuidados de medicina preventiva, divulgadas medidas profiláticas e prestados os cuidados médicos de base.

Porém, a articulação das instituições de saúde só será conseguida se os trabalhadores se mobilizarem em torno deste objectivo e pressionarem as entidades responsáveis no sentido da sua concretização. Existem já, neste momento, formas concretas de serviços de saúde descentralizados que prevêm e permitem a intervenção efectiva dos trabalhadores do sector da saúde e dos trabalhadores em geral (utentes), bem como das organizações sindicais (ADSS e CİSSL's), pelo que importa a maior mobilização possível de todos os trabalhadores em torno destas realidades que é preciso defender e ampliar.

Impõe-se a socialização do sector industrial farmacêutico, planificando, convertendo e racionalizando a gama de medicamentos existentes alterando de que resultará a diminuição dos custos de produção, com vista a permitir que toda a população possa ter acesso gratuito (ou pagando pequenas quantias) dos produtos necessários à sua saúde.

Convém não esquecer, porém, que a resolução dos problemas da saúde, englobando a maternidade, implica uma verdadeira alteração das estruturas económicas e sociais, com a conveniente planificação económica em que os meios de produção sejam orientados no sentido da satisfação das necessidades essenciais do homem e da sua plena realização.

Relaciona-se directamente com os problemas de saúde a questão da prostituição, problema complexo cuja resolução última se prende com a alteração radical das estruturas sociais, passando pela extinção da sociedade capitalista e consequente edificação de uma nova sociedade com o aparecimento de uma nova Moral e um novo Direito, mas para cuja gravidade imediata é necessário alertar as classes trabalhadoras em geral.

Simultaneamente com a criação de um autêntico Serviço Nacional de Saúde, põe-se a imperiosa necessidade de os trabalhadores participarem na gestão e controlo da Previdência.

MATERNIDADE

A maternidade é reconhecida como importante função social, que assegura à sociedade a sua procriação num futuro que se quer de mulheres e homens integralmente livres.

Assim, compete à sociedade a criação das condições socioeconómicas básicas que permitam às mulheres assumir conscientemente a maternidade.

- Impõe-se, pois, que sejam eliminadas:
 - as situações de desemprego e subemprego;
 - as inadequadas condições de habitação e de higiene;
 - as elevadas taxas de analfabetismo;
 - a falta de esclarecimento de natureza sexual.

Ligadas à questão da maternidade surgem os problemas inerentes à situação da mãe-só, em particular da mãe solteira.

A situação de mãe solteira é



extremamente grave, sendo ainda, em muitos casos, mais determinada pelos referidos factores de ordem socioeconómica.

Atendendo à precariedade de muitas destas situações e à maior dificuldade que representa para a mulher só criar e educar uma criança, impõe-se o reconhecimento de direito a benefícios especiais.

Por outro lado e a nível imediato impõe-se:

- Garantir a assistência médica e medicamentosa gratuita durante o período de gravidez, parto e pós-parto a todas as mulheres facultando o acesso de todas as mulheres ao parto profilático (controlado);
- Criar o rastreio sistemático de deficiências, antes e durante a gravidez;
- Que sejam dadas à futura mãe condições de trabalho adequadas ao estado de gravidez, nomeadamente permitindo-se-lhe períodos de descanso mais frequentes e proibindo-se mesmo que desempenhe certas tarefas que exigem longos períodos de pé, contacto com tóxicos, ou que de qualquer forma sejam incompatíveis com o seu estado;
- Reconhecer a todas as crianças o direito a uma verdadeira assistência médica e medicamentosa;
- Generalizar a concessão do abono de família a todas as crianças, independentemente da situação laboral da mãe ou do pai, definindo-se uma titularidade do abono em função da criança;
- Atribuição de um subsídio adicional em relação às crianças órfãs ou filhas de mães solteiras, salvo se os rendimentos do agregado familiar em que se inserem excederem determinado valor;
- Alargar o subsídio pecuniário — atribuído actualmente pelas instituições de previdência — a todos os trabalhadores por conta de outrem, independentemente do seu sexo e de serem ou não chefes de

família. Com efeito, se se garantir apenas à mulher o direito a este subsídio, afastamos, na maior parte dos casos, o pai daquela responsabilidade, contribuindo assim para agravar a situação da mãe trabalhadora. O absentismo repetido, devido à prestação de assistência aos filhos, acaba por ter sérios reflexos na sua actividade profissional. Tal tarefa tem pois de ser repartida, impondo-se assim a publicação de legislação que para tal concorra;

— Generalizar através dos dispensários maternais a concessão de aleitação a todas as crianças, substituindo a prestação pecuniária, que actualmente é concedida pelas instituições de previdência, por



produtos alimentares para lactentes;

- Planear a nível nacional e por zonas residenciais uma rede de creches, de forma a garantir o acesso a todas as crianças, filhas de mães trabalhadoras, prevendo-se também nos CCT a obrigatoriedade da sua criação e abrangendo os horários necessários pelo trabalho por turnos, sempre que tal seja preciso;
- Criar a rede oficial do ensino pré-primário obrigatório, que poderá, numa primeira fase, funcionar anexa às escolas primárias;
- Adotar nas escolas primárias oficiais um horário correspondente ao horário normal de trabalho, ocupando correctamente os tempos

livres das crianças com desportos, música, artes plásticas, etc.;

- Estabelecer desde a pré-primária que a educação sexual faça parte integrante da educação;
- Criar um departamento no MEIC ao qual caliba a inteira responsabilidade do ensino pré-primário e primário.

ABORTO

Atendendo a que em Portugal se praticam 150 000 abortos por ano;

Atendendo a que se encontra, ainda, em vigor uma lei que data de 1886 e que pune o aborto com pena de prisão maior do dois a oito anos;

Atendendo a que por esse facto os abortos são praticados na clandestinidade (por curiosas e pelas próprias mulheres, em muitos casos);

Atendendo a que estas situações resultam graves inconvenientes para a saúde da mulher, que não poucas vezes conduzem à morte ou à sua inutilização;

Atendendo a que esta situação afecta de facto e, fundamentalmente, as mulheres oriundas das camadas economicamente mais débeis;

Atendendo a que esta é uma realidade que se não pode ignorar e que o recurso ao aborto surge ou deve surgir como último recurso face a uma gravidez não desejada;

Atendendo a que todas as mulheres têm o direito de livremente decidirem assumir uma maternidade;

Impõe-se que:

- Sejam amplamente divulgados e esclarecidos, através de estruturas adequadas, os métodos de controlo de nascimento, com prioridade para as zonas de acentuado subdesenvolvimento, facultando-se a todas as mulheres o acesso aos contraceptivos;
- Seja incluído no esquema de assistência medicamentosa das instituições de previdência o reabilitativo relativo a contraceptivos;
- Seja revogada a legislação que pune o aborto, reconhecendo-se o direito de livremente decidirem as unidades hospitalares, a todas as mulheres.

● a mulher e a terceira idade

1. Introdução

O envelhecimento depende, em medida apreciável, das condições de vida na infância e idade adulta e ainda na terceira idade. Em particular, o envelhecimento é condicionado pelo tipo de trabalho, a existência e modo de ocupação dos tempos livres, alimentação, saúde e habitação, integração social e, obviamente, pelos aspectos económicos.

Trata-se, portanto, de assunto que interessa toda a sociedade e, em especial, as mulheres, atendendo a que em consequência da sua situação no mundo do trabalho — apenas 25% das mulheres exercem profissão remunerada, a que acresce o facto de desempenharem, em regra, funções mais mal remuneradas — as suas pensões quando existem são mais baixas que as dos homens, e, ainda, a que é mais elevado que o dos homens o número de mulheres que atingem a terceira idade.

2. Prestações Pecuniárias

Embora se reconheça que só a transformação da sociedade que elimine a exploração do homem pelo homem conduzirá ao respectivo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, em particular na terceira idade, o consequentemente se deve orientar a luta nesse sentido, impõe-se o seguinte:

1) — O nivelamento do regime dos Fundos de Previdência com o das Caixas de Previdência e do saneamento das Casas do Povo.

2) — A melhoria do regime das Caixas de Previdência.

3) — A revisão dos critérios de atribuição da pensão social e a sua generalização, desde que definidos pelo movimento sindical.

4) — Eliminação do abono de família a ascendentes e a sua substituição pela pensão social nos casos em que justifique.

3. Saúde na terceira idade

Para além das referências feitas quando se tratou do problema da «mulher e a saúde», surgem



verdadeiramente o trabalhador idoso);
b) - Mediata fiscalização dos lares lucrativos e encarcamento daqueles que se encontram em piores condições.

Conclusões

Dada a especificidade, gravidade e multiplicidade dos problemas da terceira idade, o manifesto desinteresse das entidades oficiais

pelo seu reconhecimento e resolução, impõe-se a mobilização dos trabalhadores interessados bem como toda a população, que com eles se solidariza, no sentido de pressionar o Governo para a concretização, em colaboração com os trabalhadores, das medidas propostas que se consideram como mínimo indispensável de um tratamento válido dos inúmeros problemas com que se debate a terceira idade.

● a mulher e a vida sindical

1 - É sabido que, ao nível das classes laboriosas, as mulheres trabalham tanto como os homens. Infelizmente, não é possível dizer com rigor que elas trabalham "ao lado dos homens" porque de facto se encontram numa posição de subalternidade, tanto quanto à qualificação das tarefas que lhes estão confiadas como quanto à remuneração. Neste sentido, não se encontram largamente as discriminações alimentadas pelo capitalismo, que sempre cuidou de transformar a mão-de-obra feminina num subproletariado ainda mais descaradamente explorado que os trabalhadores masculinos. Mas, é cada vez mais ampla a consciência, mesmo por parte dos homens, do verdadeiro significado deste estado de coisas e, entretanto, é facto assente de que a participação das mulheres nas actividades produtivas é generalizada e intensa.

Verificando-se, assim, que as mulheres constituem uma larga camada da população trabalhadora portuguesa, sucede que é estranhamente diminuta a sua participação em todas as actividades que têm a ver com a vida sindical e com a vida política.

A título de exemplo, refere-se que num sector de actividade em que a participação das mulheres é da ordem de 75%, menos de 35% dos delegados sindicais são mulheres e não chega a 20% os lugares das direcções sindicais que são ocupados por mulheres trabalhadoras.

Tudo se passa ainda, como se às mulheres coubesse apenas o ir à fábrica, ao campo ou ao escritório, vender a sua força de trabalho e depois recolher rapidamente ao lar, ou à cozinha, onde a espera uma segunda situação de exploração, cabendo exclusivamente aos homens tratarem de tudo quanto diga respeito à defesa da profissão (de ambos e), de um modo geral, à luta da classe trabalhadora a que um e outro pertencem.

Convém notar, porém, que a falta de participação da mulher na vida sindical resulta, a maior parte das vezes, de não terem sido criadas as estruturas de apoio e de não ter operado a indispensável revolução das mentalidades.

Verifica-se, com efeito, que a mulher trabalhadora participa nas actividades sindicais quando estas se desenvolvem nos locais de trabalho. Todavia, se a reunião se realizar ao fim do dia ou à noite, a sua participação é já muito fraca, devido não só às suas múltiplas tarefas que lhe não deixa tempos livres, como ainda à influência da família que, frequentemente, continua agarrada à ideologia tradicional.

Logo, onde a possibilidade de participação efectiva na vida sindical, social e política, dada a incapacidade da sociedade capitalista de pôr o chamado desenvolvimento, o chamado progresso ao serviço da libertação profunda da pessoa humana?

Na verdade enquanto a sociedade lutar pelo lucro, enquanto os trabalhadores estiverem divididos, como ainda estão, e reduzidos a simples mercadoria, não é possível à mulher nem ao homem trabalhador desenvolver todas as suas capacidades.

2 - Porém há que ter presente que não haverá nova sociedade sem nova mentalidade, e que se a mulher continuar à margem de tudo, fechada ao mundo e, portanto, sem que homens e mulheres lutado aliado contra todo o tipo de opressão e

exploração e encontrem formas correctas de resolver, os seus problemas, o grande beneficiário é o capitalismo, e o patronato, que assim vê drasticamente enfraquecidas as fileiras dos que se lhes opõem. De resto, a situação de dependência da mulher perante o homem que, às vezes, atinge níveis de autêntica escravidão, é estimulada pela ideologia burguesa que apresenta como "natural". E isto acontece porque é mais uma maneira de dividir entre si e, eventualmente, atrair uns contra os outros, trabalhadores que são igualmente explorados. Por isso é que a luta pela libertação da mulher é indissociável da luta pela libertação dos trabalhadores em geral e pelo advento de uma sociedade socialista, e também por isso é que esclarecer os homens da posição injusta que, por vezes, assumem em relação às mulheres, é também uma forma de combater a ideologia burguesa e de lutar contra o capitalismo. Também entre homens e mulheres trabalhadoras a unidade é necessária e urgente.

3 - Neste aspecto, como em todos os outros, o ponto de partida para uma tomada de consciência e para uma acção prática, há-de ser realidade concreta que todos os dias se apresenta à mulher que trabalha. Os grandes problemas, as grandes injustiças, é que por si próprias exigem respostas e motivam interrogações. Tais respostas, que não poderão ser apenas palavras mas terão também de ser acções, darão lugar a que os trabalhadores se mobilizem para tarefas objectivas, se organizem, troquem entre si opiniões, se interroguem não só exigir que se examinem situações e, em comum, se busquem as soluções mais adequadas. Mas, neste campo como em todos os outros sempre se começou por não se saber, pois ninguém nasceu ensinado, e só de contacto com os problemas concretos e com as companheiras de maior experiência virá surgindo sempre maior capacidade para nos defendermos e o fazermos recuar a exploração a que somos sujeitas.

4 - Cada oficina, cada empresa, é quanto a isto uma escola onde é sempre possível colher lições próprias. Há, porém, um certo número de questões e de problemas que estão de tal modo generalizados, que se encontram tão frequentemente que assumem uma importância maior, porque dizem respeito a um número muito largo de trabalhadoras e porque tocam pontos fundamentais.

5 - É a sociedade capitalista através do duplo mecanismo da exploração económica e das suas estruturas ideológicas, submete a mulher a uma sobre-exploração. Difundindo o conceito de "funções naturais" para as tarefas de manutenção do lar e da família, diminui o custo social da manufatura e reprodução da força de trabalho que utiliza nas fábricas. A mulher trata da manutenção da família em trabalho explorado e o capitalista utiliza e explora na produção. Por outro lado quando a mulher ingressa na fábrica ou no escritório e passa também à condição de assalariada, acumula com as tarefas da profissão as tarefas chamadas "funções naturais" de manutenção do lar e da família. A grande maioria dos homens, seus companheiros de trabalho, quer seja marido, pai ou irmão, também pensa que assim é, esperando encontrar a casa com todas as tarefas executadas em benefício do trabalho explorado.

6 - A organização sindical como organização de classe de todos os explorados, garante, tanto ao homem como à mulher, plena representação de todos os seus interesses económicos, sociais, políticos, culturais, etc... Duplamente explorada, a mulher não ocupa na vida sindical e política o lugar correspondente, quer à sua participação no trabalho, quer a sua percentagem na população geral.

7 - O mais importante de tudo, porém, é que as mulheres trabalhadoras deste País se arruam à passividade que ainda domina uma grande parte delas e passem a interessar-se activamente pela transformação das estruturas que regem as suas vidas. Não há tarefa, nem actividade sindical que não esteja ao alcance da sua capacidade, pois toda a acção sindical é escola de luta de classes.

8 - Sendo em vista a necessidade de incentivar a participação da mulher assalariada na vida sindical, o Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras propõe que:

a) Os Sindicatos desenvolvam acções especiais de motivação da mulher trabalhadora para a participação na vida sindical, social e política;

b) Os sindicatos promovam cursos de formação sindical para o trabalhador e prioritariamente para os delegados sindicais;

c) A mulher trabalhadora participe sempre no Conselho Colectivo afirm de defender e conquistar a melhoria das suas condições de vida e de trabalho;

d) A Interindustrial Nacional promova o reforço das estruturas sindicais na provincia, através da criação de União locais e distritais, onde ainda não existem;

e) A Interindustrial Nacional promova acções concretas, através de Grupos de Trabalho, Comissões, Conferências, etc..., para levar à prática os textos dos programas e conclusões do Encontro.

particularidades relativas à terceira idade que nos levam a abordar no assunto.

Assim: Sendo o rendimento das pessoas idosas de nível muito inferior ao que têm quando activos e ainda, mais elevada a sua morbidade, pelo que é mais frequente a necessidade do recurso à assistência médica e medicamentosa bem como internamento hospitalar, será mais difícil a sua possibilidade de comparticiparem nos custos dos bens e serviços de que necessitam.

Por outro lado, é ainda elevado o número de pessoas entre os quais se contam muitos que exerceram actividade remunerada toda a vida e que não beneficiam de qualquer esquema de Previdência e que, portanto, em regra, apenas têm acesso à assistência médica e medicamentosa mediante o pagamento integral da mesma.

Que seja instituído o mais urgente possível o Serviço Nacional de Saúde, extensivo a toda a população e que enquanto o não for, seja reconhecida através das estruturas existentes o direito à assistência médica e medicamentosa bem como o internamento hospitalar gratuito à população idosa. Esta proposta implica a eliminação da comparticipação dos beneficiários mesmo não pensionistas, maiores de 65 anos no custo da AMS.

Dado que as pessoas idosas apresentam doenças que lhes são específicas e que exigem um tratamento especializado, ao qual, não tem acesso a maior parte dos trabalhadores, os únicos produtores da riqueza impõem que sejam desenvolvidos todos os esforços no sentido de a população idosa ter acesso generalizado ao tratamento das doenças da terceira idade.

4. Preparação para a reforma

A passagem à situação de reformada envolve uma profunda alteração da vida da trabalhadora. Com efeito, aliada à sensação de libertação da sobrecarga de trabalho que lhe é "exigida" surge, frequentemente, o sentimento de estar a mais, devido à ociosidade parcial que se afirma como imposta ao desaparecimento dos contactos com o mundo que a rodeava, pelo que são vulgares a tensão nervosa e a insociabilidade e susceptibilidade e a tendência para a introversão.

Consequentemente, importa que:

- 1) - Sejam postos à disposição dos trabalhadores serviços, estruturados e geridos em colaboração com o movimento sindical, tendentes à sua preparação para a reforma;
- 2) - Seja prevista a ocupação de postos de trabalho, em regime de tempo parcial, para idosos que não pretendam abandonar a vida activa;
- 3) - Sejam desenvolvidas as estruturas existentes e criadas as necessárias em apoio aos idosos.

4. Serviços de apoio ao idoso

O envelhecimento traz consigo uma diminuição das aptidões físicas e, por vezes, psíquicas, e

frequentemente uma situação de isolamento. Logo, é necessária a existência de serviços que apoiem o trabalhador e o ajudem a vencer aquelas dificuldades, encarando a velhice com segurança.

As poucas estruturas de apoio existentes são orientadas no sentido do internamento do idoso, afastando-o portanto da participação na sociedade.

Por outro lado, estas estruturas (lares) para além da orientação que os informa (repressiva e do isolamento doloroso) apresentam deficientes condições, no que respecta à alimentação, assistência médico-sanitária, condições de alojamento, não dispondo ainda de pessoal adequado.

É extremamente grave a situação dos lares lucrativos - no distrito de Lisboa existem 150 lares deste tipo para os quais a Previdência concorreu em 1975 com cerca de 50 mil contos, correspondentes a subsídios mensais (3000\$00 por pessoa) para os internados ou seus familiares pagarem o lar, que, pelas suas condições constituem uma das mais grandes formas de exploração do trabalhador idoso.

Conhecendo-se esta realidade e sabendo-se que a finalidade destes lares é, afinal, o lucro dos seus proprietários, não se pode aceitar que a Previdência dispense verbas, aliás bastante elevadas, como se refere e ainda que os mesmos não sejam objecto de qualquer controlo oficial.

Dada a inexistência de efectiva protecção ao idoso, impõe-se que sejam:

- 1) - Criadas estruturas que permitam satisfazer o desejo dos trabalhadores idosos de só em condições especiais serem internados em lares. Assim, há que desenvolver nomeadamente:

A) - Pequenas oficinas artesanais, onde o idoso possa aproveitar as suas capacidades;

B) - Centros de convívio, com actividades culturais e recreativas onde possam tomar refeições.

Neste sentido propõe-se: Seja desenvolvido trabalho conjunto entre o INATEL e o IAFAS (Instituto para a Família e Acção Social) com vista a proporcionar gratuitamente, e ao maior número possível de trabalhadores na terceira idade, condições para estadia e pagamento de tempos livres;

C) - Que sejam dados os meios necessários para a intensificação e criação de centros de dia dando-se assim cumprimento ao despacho de 20 000 contos;

D) - Serviços de apoio doméstico. (Impõe-se que as comissões de moradores participem de modo activo que na dinamização da população para estes objectivos, quer na sua concretização).

2) - Tomadas pelo Governo medidas efectivas tendentes à:
a) - Conveniente planificação e reforço das verbas destinadas a idosos para melhoria dos lares assistenciais existentes e criação dos serviços referidos anteriormente (em particular aplicação das verbas que a Previdência gaste com os lares lucrativos em serviços que apoiem

internacional solidariedade internacional solidariedade

VIETNAME: REUNIFICAR O MOVIMENTO SINDICAL

«A grande vitória da Primavera de 1975, conquistada pelas nossas Forças Armadas e o nosso povo na guerra de resistência contra a agressão americana pela salvação nacional, pôs fim de uma maneira gloriosa à revolução nacional democrática em todo o país, fazendo passar a revolução vietnamita a uma nova etapa, a da conclusão da reunificação nacional e da progressão rápida, firme e vigorosa de todo o país para o socialismo», palavras de

todo o país chama-se a Federação dos Sindicatos do Vietname»; 2 — Unificar os Comitês executivos e as outras estruturas dirigentes dos sindicatos das duas zonas em órgãos dirigentes únicos que são: o Comité executivo, o Presidium, o Secretariado, a Comissão de Controlo Financeiro da Federação dos Sindicatos do Vietname; 3 — Basear-se sobre os estatutos adoptados pelo 3.º Congresso Nacional dos Sindicatos para edificar a

quinquenal (1976-1980). Nas regiões novamente libertadas, a organização sindical deve ainda prender-se a mobilizar os operários, a levar os trabalhadores a participar activamente na luta para pôr fora do Estado o prejuizo dos especuladores que perturbam o mercado, na transformação socialista da indústria e do comércio capitalistas privados». Por outro lado, o «movimento de emulação para o trabalho, a produção e a prática de

— primas e de material a fim de assegurar a continuidade da produção». Os operários das empresas privadas deverão: «dedicar-se à execução do papel que consiste em participar na gestão, no controlo, a ajudar e encorajar os proprietários a gerir as suas empresas de acordo com as politicas do Estado, de uma maneira favorável à economia nacional e de acordo com as convenções assinadas entre os sindicatos e o proprietário da empresa». Por sua vez, o sindicato deve «aplicar-se a controlar a segurança do trabalho na produção, cooperar com o órgão gestor na realização das medidas que melhorem as condições de trabalho e da segurança no trabalho, em particular nos ramos e profissões que exigem esforços penosos, e que se efectuam em meios tóxicos ou em locais perigosos».

Mas, voltemos às tarefas imediatas dos sindicatos vietnamitas. A segunda e a terceira tarefas adoptadas na Conferência têm em vista: «Educar, promover o espírito de orientador colectivo socialista entre operários e empregados, fazer isto de tal maneira que, a grande massa destes últimos realizem claramente as suas obrigações, as suas responsabilidades, os seus interesses, que aumentem os esforços no trabalho, na produção e na prática da economia com um ardor revolucionário como no tempo da guerra contra a agressão estrangeira para a salvação nacional. Dar uma grande atenção às condições de vida dos operários empregados e trabalhadores».

Esta tarefa surge naturalmente baseada nas graves consequências da guerra e do neocolonialismo para o povo trabalhador vietnamita que encontra, ainda grandes dificuldades na «produção e na existência quotidiana».

A quarta e a quinta tarefas que os sindicatos vietnamitas deverão desempenhar serão: «Consolidar a organização, aumentar as capacidades de acção das diversas instâncias sindicais. Uma atenção particular deve ser reservada aos sindicatos de base de maneira a que o sindicato de base aumente as suas capacidades e organize com eficácia a realização das diversas actividades sindicais, aumente as suas capacidades no que respeita à mobilização, educação, organização dos sindicalizados para agirem seguindo as atribuições da organização sindical. Realizar a unificação da direcção dos sindicatos nacionais da indústria à escala nacional. Melhorar a

organização e as actividades dos sindicatos industriais e sectoriais com vista a servir de uma maneira adequada e com tempo as unidades de base. Proceder com diligência à formação, ao aperfeiçoamento, à elevação do nível das capacidades do contingente dos quadros sindicais das diversas instâncias com o objectivo de assegurar a realização do papel e das tarefas da organização sindical nesta nova etapa. Consolidar o aparelho da Federação dos Sindicatos do Vietname a fim de que possa cumprir a tarefa que consiste em ajudar o Comité executivo, o Presidium, o Secretariado da Federação dos Sindicatos do Vietname a dirigir de uma forma adequada o trabalho sindical à escala nacional; Continuar a ganhar a ajuda e o apoio dos trabalhadores e do movimento sindical mundial a respeito da luta revolucionária do nosso povo na etapa actual. Levar uma contribuição activa ao reforço da coesão e da unidade da Federação Sindical Mundial, dos trabalhadores e das organizações sindicais dos países socialistas, consolidar e desenvolver os laços de solidariedade e de amizade com os trabalhadores e as organizações sindicais dos países do Sudeste Asiático, dos trabalhadores do mundo sobre a base da luta contra os capitalistas monopolistas, contra o imperialismo, pelos interesses dos trabalhadores, pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social».

A Conferência fez ainda um apelo a todos os operários e empregados, sindicalizados e quadros sindicais, no sentido de promoverem «um movimento de emulação para o trabalho a produção e a prática da economia com vista à edificação do socialismo», a esforçarem-se para «reforçar a organização sindical em todos os pontos de vista».

Numa palavra: «Tudo para a produção, tudo para a edificação do socialismo, tudo para a prosperidade da Pátria, para a felicidade do povo».

Estas as principais tarefas do movimento sindical vietnamita, quando a revolução entrou numa nova etapa: a reunificação do movimento sindical de todo o Vietname. Após a reunificação política, a reunificação sindical. Neste país, a caminho do socialismo, a unidade entre os que trabalham começa a concretizar-se. A luta contra o divisionismo entre os trabalhadores passo certo a construção da sociedade sem classes.



Hoang Quoc Viet, presidente da FSNV quando da Conferência Nacional da Reunificação das Organizações Sindicais do Vietname, realizada na cidade de Ho Chi Minh, de 6 a 8 de Junho do corrente ano.

Após a derrota das manobras imperialistas norte-americanas, que pretendiam a não reunificação do Vietname, os trabalhadores deste país asiático viram-se, agora, para novas tarefas: a reunificação do movimento sindical. Assim, realizou-se recentemente a Conferência Nacional de Reunificação dos Sindicatos Vietnamitas para discutir a «organização e direcção das actividades sindicais em todo o país».

UNIFICAR O MOVIMENTO SINDICAL

Sobre a unificação organizacional e a unificação da direcção das actividades sindicais em todo o país, a Conferência decidiu por unanimidade: «1 — Reunificar os sindicatos das duas zonas "A organização sindical unificada de

organização sindical em todo o país». A Conferência encarregou «o Secretariado da Federação dos Sindicatos do Vietname de dirigir a aplicação dos estatutos dos sindicatos do Vietname em função da situação actual no Sul no que respeita à admissão de membros, à organização de sindicatos de base». Decidiu ainda: «Adoptar como insignia dos sindicatos unificados a adoptada no 3.º Congresso Nacional dos Sindicatos».

TAREFAS IMEDIATAS

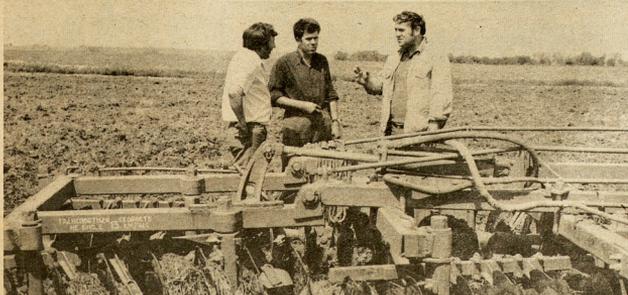
Relativamente às tarefas imediatas dos Sindicatos Vietnamitas foi aprovado o seguinte: «— Organizar entre os operários e empregados «um movimento de emulação para o trabalho, a produção e a prática da economia com vista à edificação do socialismo» eficiente, continuo, largo, para a obtenção dos «três pontos culminantes» (alto rendimento, boa qualidade, grande economia) para a realização e o avanço do plano de Estado de 1976 criando as permissas para a realização e o avanço do plano

economia com vista à edificação do socialismo» consiste em: «trabalhar com diligência, observar estritamente as cinco prescrições da disciplina do trabalho, lutar contra a indolência e a preguiça no trabalho, os lucros ilícitos, o roubo dos bens da colectividade, o estrago do material e dos equipamentos; desenvolver as iniciativas relativas à racionalização da produção, o melhoramento da técnica; lutar para atingir «os três pontos culminantes».

Contudo, este movimento assume características particulares quando se trata dos quadros técnicos, dos operários das empresas estatais ou de empresas mistas, ou, ainda, dos operários das empresas privadas. Por exemplo, para os quadros técnicos o «movimento de emulação» consiste em: «executar as suas atribuições, servir a base, servir para a produção». Relativamente aos operários de empresas estatais ou mistas: «é necessário dedicar-se a promover uma nova attitude em relação ao trabalho, desenvolver a iniciativa com vista a resolver as dificuldades relativas à falta de matérias-



internacional solidariedade internacional solidariedade



O SISTEMA COOPERATIVO E AS MULHERES BÚLGARAS

Há trinta anos as mulheres búlgaras tinham que lutar contra o atraso do país, que superar os conceitos tradicionais, os hábitos nefastos, bem como as tradições, nelas próprias, nos seus familiares e na sociedade.

Mas isto já é uma coisa que pertence ao passado. E rendemos homenagem a estas recordações, não só como homenagem às primeiras trabalhadoras que se emanciparam, mas também, e com orgulho, às mulheres búlgaras de hoje, que são já tão diferentes das suas mães e avós.

A primeira e mais valiosa aquisição atribuída pelo Estado à mulher búlgara, o direito de participar em todos os sectores da vida, é o mais válido bem que possui, o seu maior estímulo.

Falando da crescente participação da mulher búlgara na produção material, na vida cultural e pública, devemos salientar, particularmente, o enorme avanço das mulheres camponesas.

A situação das mulheres camponesas búlgaras antes de 9 de Setembro de 1944, era depravável.

Explorada pelos senhores das terras, desprovida de direitos iguais na sociedade e na família, analfabeta, a mulher camponesa búlgara, desde a sua infância, até à velhice, tinha de curvar as suas costas e a vida sobre as terras, sob a foice, também no lar!...

Quanta energia e força não se terá acumulado nestas mulheres, para que somente em 30 anos tivessem conseguido rejeitar toda a dependência, expulsar o analfabetismo e a inutilidade e alcançar uma posição altamente respeitada, de criadoras da nova vida nas cidades búlgaras.

O sistema cooperativo garantiu-lhes justiça e igualdade, económica, social e publicamente.

Elas, as mulheres búlgaras, tornaram-se as mestras, não só das terras e dos seus frutos, como também, da ciência e da tecnologia.

O Socialismo proporcionou este tanto às mulheres búlgaras, durante o período em que se tem vindo a construir: 30 anos!

As primeiras leis da democracia popular

estabelecidas em 9 de Setembro de 1944, relacionavam-se com a emancipação da mulher, de toda a opressão económica, social, política e familiar. Este foi um pré-requisito, uma condição essencial para o integral desenvolvimento de todo o potencial, talento e criatividade da mulher búlgara.

Agora já não há perigo (muito

menos a possibilidade) de se ver subestimado o trabalho e as apódiões das mulheres, quer na indústria, quer na agricultura; e não só porque as mulheres contabilizam quase 50% na produção de material de saúde, 36% dos graduados em universidades, 54%, dos especialistas do ensino médio, 18,7% dos deputados na Assembleia Nacional e 24,6% dos Conselhos do Povo.

Não só, também, porque mais do que 60% das mulheres do campo estão empregadas a tempo inteiro, mas porque as mulheres búlgaras deram uma considerável contribuição para a vida política, social e cultural do país.

DIRIGENTES SINDICALISTAS BÚLGAROS EM PORTUGAL

Dois dirigentes da Central de Sindicatos da Bulgária estiveram entre nós durante os últimos dias, tendo visitado não apenas a região de Lisboa, mas também o Norte e a área do Alentejo. Mostrando-se profundamente impressionados com a determinação que encontraram nos trabalhadores portugueses, os dirigentes búlgaros partilharam connosco alguma da sua experiência de luta e de construção do Socialismo, ao longo de contactos em que a solidariedade internacionalista se consubstanciou em ajuda efectiva.

NO ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DE CUBA

Na passagem do XXIII aniversário do assalto do quartel de Moncada, marco histórico de grande relevância da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a opressão e a exploração capitalistas, o Secretariado da Intersindical Nacional enviou ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Central dos Trabalhadores de Cuba, o seguinte telegrama:

«Na passagem de mais um aniversário do assalto a Moncada, arranque do Povo cubano em direcção à sua libertação e independência, em nome dos trabalhadores portugueses vos saudamos fraternalmente. Neste dia histórico, temos presente que a vitória do Povo cubano contra a exploração do desumano capitalismo e do odioso imperialismo é um marco inolvidável para os trabalhadores de todo o Mundo. O exemplo da vossa luta vitoriosa contra a opressão e pela consolidação da sociedade socialista é estímulo para todos nós».

ASSIM VAI O CAPITALISMO

GRANDE DESEMPREGO NA COLÓMBIA

BOGOTÁ — O nível de desemprego nas grandes cidades colombianas ultrapassou os 11 por cento. O desemprego parcial atinge já cerca de 18 por cento de toda a população activa, indica o relatório da Direcção Nacional das Estatísticas da Colômbia.

PROFESSORES SEM ALUNOS

VIENA — O jornal "Kurier" considera como "quase desesperadas" as tentativas de centenas de jovens professores austríacos de encontrar emprego este ano. Isto é uma consequência directa das "medidas económicas" tomadas pelo Ministro da Educação e Cultura, que não aceita a admissão de novos professores.

Este ano, saíram das escolas austríacas cerca de um milhão de jovens professores, que não arranjarão colocação. Entretanto, a grande maioria das escolas de província do país carecem de professores, conclui o jornal.

SITUAÇÃO CATASTRÓFICA DA JUVENTUDE

COPENHAGA — O desemprego entre a juventude dinamarquesa assume proporções catastróficas: em cada 75 mil jovens, 30 mil não encontram trabalho nem podem prosseguir os estudos.

MENOS PETRÓLEO

WASHINGTON — A recessão económica nos países ocidentais teve como consequência uma baixa sensível na produção do petróleo. Segundo revelou o Ministério do Interior dos EUA, em 1975, a produção de petróleo reduziu-se 5,2 por cento. Entretanto, a produção mundial em petróleo bruto foi de 19,5 biliões de barris contra os 20,5 biliões em 1974.

Em 1975, a produção de petróleo foi nos EUA de cerca de 3 biliões de barris, na Arábia Saudita de 2,4 biliões e no Irão de 1,9 biliões de barris.

DINAMARCA: DIMINUI O PRODUTO NACIONAL BRUTO

COPENHAGA — A situação económica da Dinamarca continua a agravar-se. Segundo as estatísticas, no ano passado o produto nacional bruto diminuiu 1,3 por cento, comparativamente a 1974.

Quanto aos investimentos, reduziram-se 5,1 por cento.

JAPÃO: MAIS FALÉNCIAS

TÓQUIO — Uma companhia japonesa em cada cinco registadas na Bolsa de Valores de Tóquio, estava numa situação deficitária, durante o segundo semestre do ano financeiro que terminou em Março. Os sectores mais afectados são as construções navais, a metalurgia não-ferrosa, a construção civil e a indústria electroenergética.

Segundo as previsões dos especialistas, nos seis primeiros meses deste ano financeiro, uma grande companhia japonesa em cada sete abrirá falência.

Solidariedade com as vítimas do Uruguai

«O Conselho Central dos Sindicatos da URSS e todos os sindicatos soviéticos exprimem a sua solidariedade fraternal com os trabalhadores e o povo do Uruguai exigindo que cesse a perseguição aos dirigentes e militantes dos sindicatos e sejam libertados os corajosos combatentes da causa dos trabalhadores, detidos nas prisões. — lê-se numa declaração do Conselho Central dos Sindicatos da URSS.

«As notícias que chegam do Uruguai testemunham uma nova campanha de terror e de repressões, lançada pela reacção, contra os sindicatos e os seus militantes. Fecham-se as sedes, confiscam-se os bens e proibem-se as suas actividades. Estão presas mais de 5000 pessoas. Algumas são torturadas até à morte.

«As remodelações feitas não alteraram a situação. As novas autoridades decidiram manter a interdição das actividades legais dos sindicatos».

O CONSELHO CENTRAL DOS SINDICATOS DA URSS

LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

TEMPO DE LEITURA

A ARMA DA TEORIA — UNIDADE E LUTA, volume I das «Obras Escolhidas de Amílcar Cabral» — Textos coordenados por Mário de Andrade — Seara Nova.

Da Introdução de O Comité Executivo da Luta: «A organização desta primeira recolha de textos de Amílcar Cabral, agora publicados, foi confiada ao camarada Mário de Andrade, amigo pessoal dos dirigentes do nosso Partido, nosso companheiro de luta desde as primeiras horas de combate sem tréguas pela dignificação do homem africano e contra o colonialismo português, a quem expressamos fraternalmente os nossos agradecimentos.

É com orgulho e com o sentimento de cumprir um dever que o Comité Executivo da Luta apresenta hoje aos leitores de todos os continentes esta recolha que contém a parte mais significativa do pensamento imortal de Amílcar Cabral. Ao lerem-na e ao estudarem-na dar-se-ão conta de que os sucessos do nosso Partido, alcançados durante a sua vida e após a sua morte, são elo de uma mesma cadeia e fruto de uma justa linha de orientação, de uma direcção esclarecida e original e da firme determinação de vencer, no interesse dos sagrados direitos do nosso povo à paz, à liberdade e ao progresso e em prol de toda a Humanidade.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS, de Pierre Jaccard — Coleção «Movimento» Livros Horizonte.

«A realidade social, à qual se atribui, muitas vezes, um poder irresistível de unificação das consciências e dos comportamentos, constitui, com efeito, um poderoso factor de divisão dos espíritos. Com a leitura desta obra, compreender-se-á melhor as razões deste pluralismo e as perspectivas da sua ultrapassagem».

O ENSINO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ, de G. Bouvard e P. Pellenq — Coleção «Educação e Ensino» — Seara Nova.

Este livro constitui um minucioso testemunho sobre o sistema de ensino na RDA, um dos mais avançados e importantes do mundo.

Quadras do poeta Aleixo

Embora os meus olhos sejam os mais pequenos do mundo, o que importa é que eles vejam o que os homens são no fundo.

Para a mentira ser segura e atingir profundidade, tem que trazer à mistura qualquer coisa de verdade.

Vós que lá no vosso Império prometeis um mundo novo, calai-vos, que pode o povo querer um mundo novo a sério.

Que importa perder a vida em luta contra a traição, se a Razão, mesmo vencida não deixa de ser Razão?

Eu não tenho vistas largas, nem grande sabedoria, mas dão-me as horas amargas lições de filosofia.



A MULHER NA POLÓNIA

KRYSTYNA SKUSZANKA — ENCENADORA TEATRAL

Krystyna Skuszanka é uma das maiores encenadoras do teatro polaco contemporâneo. Fez estudos de filologia e de teatro em 1946 no Estúdio Teatral do Teatro Stary de Cracóvia e em 1952 na Escola Superior de Teatro de Varsóvia. Foi depois directora de vários teatros polacos. Foi como directora do Teatro Ludowy, de Nowa Huta (1955-1963) e do Teatro Polski de Wrocław (1965-1972) que alcançou os maiores êxitos. Actualmente, é directora do Teatro J. Slowacki de Cracóvia.

No seu trabalho, ela deu sempre a máxima importância à encenação, à poesia e à forma plástica dos espectáculos. Interessam-na menos a psicologia dos papéis e das personagens. Para ela, a palavra, a cenografia, a música e o actor têm a mesma importância. De acordo com esse ponto de vista, o encenador é portanto o único criador do espectáculo. Skuszanka não aceita as propostas feitas pelo actor, caso elas não coincidam com as suas concepções de interpretação colectiva.

Krystyna Skuszanka interessa-se particularmente pelo drama romântico. Mas procura descobrir-lhe sempre referências na actualidade contemporânea, recusando vulgarizar os ricos problemas do romantismo nacional.

Entre as suas representações mais famosas, podemos citar: «Atrequeim, servo de dois amos», de Goldoni, «Dos ratos e dos homens», segundo a obra de Steinbeck, «Yakobowski e o coronel», de F. Werthe, «A vida tumultuosa de Leyzork Rojtschwanz», de Ehrenbourg e «Os antepassados», de Adam Mickiewicz.

A. ROMÃO PALMA / 76



OS OUTROS JOGOS OLIMPICOS

Em Dunaujvaros, na Hungria, organizaram-se "Jogos Olímpicos" entre 20 jardins-escolas da cidade, nos quais participaram 200 crianças. O entusiasmo das crianças está patente na fotografia que publicamos.

CAMINHO CERTO

Quero um cravo encarnado e quero um punho cerrado bem firme e levantado; quero justiça, quero pão e casa, quero trabalho e alegria e o sol de cada dia; quero andar, quero correr, quero amar, quero sofrer, e de cara bem erguida sem nada dever à vida, arrancar a exploração, recusar a opressão, opor-me aos delatores e denunciar opressores que são o trilhio fatal de muitos trabalhadores; quero gritar minha revolta pelo que sofre este Povo e dizer-lhe em alto brado: — NÃO VOLTES ATRÁS DE NOVO:

atavanca LÊ E DIVULGA

Rovilha





LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

VERÃO

Extracto de um conto de **Garibaldi de Andrade**

(...)

Rindo-se, dentes enormes e brancos faiscando, Chico Gigante atirou ao companheiro:

— Ontem, estavas alegre...

— Dois bons amigos, Chico Gigante e Balsinha. Era gostoso ver o par: um todo alturas, magrízela, os malares a furar a pele e as barbas rijas como tojos; o outro, baixo e atarracado, passos hesitantes e olhos ingénuos de criança.

— Sério? Não me lembra...

Chico Gigante contou:

Tinhام ido à taberna do Tonho Navalha. Um candeiro fumarento, poitado no descanso, iluminava debilmente a quadra. Os potes projectavam, nos ladrilhos, suas largas sombras. Encostado ao balcão, o velho Libório bebia um copo de vinho a pequenos goles.

— Uma latinha! — disse Chico Gigante, decidido.

— Ai rapaziada duma canal! — saudou o velho, alegremente.

Riram todos.

Tonho Navalha passou os copos pela água de um alguidar e alinhou-os sobre o rebordo do balcão. Depois, molemente, que o caso não era para pressas, encostou a latinha à bica de cana. O líquido, correndo, cantou. Mais vagarosamente ainda, abrindo a enorme boca num bocejo imenso, encheu os copos. Beberam. O velho meteu conversa:

— Quando eu era novo...

E contou coisas da sua mocidade. Bebia-lhe, ficassem sabendo, bebia-lhe como poucos, mas o que se chama beber...

— Nem que ele corresse por uma telha...

E, chegando a este ponto, fez uma pausa, tirou uma mortalha do livro e colou-a ao lábio inferior. E, enquanto a unha negra raspava na onça, riu-se e piscou um olho para o taberneiro:

— Oh, Tonho, deixa ver mais um «republicano»...

O sombrio da barba forte de Tonho Navalha pareceu encher-se de clareza. Despregou os beiços e disse, quase com alegria:

— O ti Libore está hoje de veia...

Curvando-se, içou um garrafão e serviu-o.

— Vamos a isto, minha gente! — fez o velho. E, olhando para o vinho, a favor da luz:

— Isto é o verdadeiro sangue de Nos'senhor!

Brilhavam-lhe os olhos pequeninos, e a boca, aberta num sorriso, era um vão escuro, onde luziam dentes ralos, afiados em bisel.

Balsinha fez sinal e a rodada repetiu-se. Vinham bem bebidos de outros lados. O vinho, também, era fogueite: breve subiu às cabeças. A conversa ganhou mais animação. Olhos pequeninos cerraram-se para a luz. O velho desfiava agora as tristezas da sua vida.

— Ora, deixe-se disso! — interrompeu Balsinha. — Vossemeçê sabe lá o que é a cepa torta!...

Gesto largo:

— Há três anos que apanho porrada! Isto de jogar na seara é uma doideira... O jogo sai quase sempre branco. Olhe este ano: semeiei aveia num chão magro, no pouzão há quase sete anos. Andava na sementeira, quando passou o velho calafate. Riu para mim:

«— Que semelias tu, oh moço?

«— Aveia.

4 NOTAS NA SEMANA

SALVAGUARDAR A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Ao ser empossado no cargo de Primeiro-Ministro, Mário Soares declarou que «as grandes conquistas da Revolução são irreversíveis». De acordo. Mas, para que tal suceda, é necessário travar o passo à reacção. Urge pôr termo à vaga de terrorismo que tem vindo a ser desencadeada no nosso País.

À força da razão revolucionária, a reacção contrapõe a força da bomba. Mais: utilizando certa «imprensa», a reacção recorre à mentira para deturpar a realidade.

Daí que o Presidente da República, general Ramalho Eanes, considere necessário «salvaguardar a independência nacional» (...) «restabelecer a autoridade democrática e assegurar o respeito pela legalidade e o eficaz funcionamento em tempo útil das Instituições a quem cabe a investigação e julgamento do terrorismo, do crime das práticas contrárias à conveniência democrática».

Que assim seja.

SPÍNOLA... «UM CIDADÃO»?!

António Spínola, principal mentor dos golpes contra-revolucionários de 28 de Setembro e de 11 de Março, propõe-se regressar a Portugal.

Já no exílio, Spínola planeou invadir o nosso País com a ajuda de grupos terroristas do ELP e MDLP.

Assim sendo, poder-se-á considerar o ex-general Spínola um simples cidadão como qualquer outro?

«SOLIDARIEDADE» DOS EUA?...

Carca de 70 toneladas de material de guerra de origem norte-americana foram desembarcadas num cais de Lisboa.

Ainda há relativamente pouco tempo, os Estados Unidos da América «ofereceram» a Portugal uns quantos milhares de contos de material bélico sofisticado, tendo em conta a nossa presença na NATO.

Quanto às 70 toneladas, das duas uma: ou se trata de mais uma «oferta», ou o referido material está de passagem, destinando-se a outro país.

A verificar-se a primeira hipótese, tratar-se-á de mais um gesto de «solidariedade» do Governo dos Estados Unidos da América para com o Povo português?

AGOSTINHO NETO EM CUBA

À sua chegada a Cuba, Agostinho Neto, Presidente da RPA, foi calorosamente saudado por milhares de trabalhadores que encheram o percurso de 25 quilómetros compreendido entre o aeroporto e a cidade de Havana.

Em tempo de guerra, como em tempo de paz, o Povo cubano demonstrou que o internacionalismo proletário não é uma palavra vã.

Esta, resposta dada pelos trabalhadores cubanos aos que tentam confundir a solidariedade fraterna entre os povos com o mercenarismo imperialista.

Tornou a rir-se, e o alma do diabo, e saiu-se-me com esta:

«— Agora vê-a, agora vê-a...

«Futuro bem, o raio do velho! Sabe vossemecê o que me faz lembrar a seara? A cabeça do sr. Dr. Castro!... Tal e qual: um pélo aqui, outro no cabo do mundo...

Por momentos, o velho ficou pensativo. Após, assoou-se ruidosamente ao lenço vermelho, grande como um lençol:

— Oh, Tonho, deixa ver outro «republicano»...

(...)

(Do livro de contos **Árvores no Caminho**)

RÁDIO

A RDP e o «Corrécio»

O «Corrécio» foi preso. O «Corrécio», como se saberá, é um marginal ao serviço da pior reacção norteña. Espandador de progressistas, pistoleiro, participante em diversas actividades terroristas de extremíssima-direita, tudo isso o «Corrécio» parece ser, embora não esteja ainda coligido o «dossier» completo das suas actuações.

Mas o «Corrécio» tem defensores. Antes de quaisquer outros, é claro, os que lhe encomendaram e pagaram as proezas. E, depois, embora pareça incrível, a Radiodifusão Portuguesa. De facto, em emissão proveniente dos estúdios do Porto, salu alguém em defesa do «Corrécio»: a dizer, muito cientificamente, que o «Corrécio», cotidinho, é um produto do meio, das condições sociais em que viveu.

É, sim senhores, é verdade. Mas também o foram alguns homens bem conhecidos. O Hitler. O Pinchoet. O Himmler. Os carraços dos campos de concentração nazis. Os piores torcionários da PIDE. Todos esses homens podiam ter sido diferentes se tivessem nascido e crescido em sociedades diferentes. Mas não nasceram. Nasceram em regime capitalista e foram o que foram.

Será que a Radiodifusão Portuguesa vai passar também a fazer a sua defesa, a pedir para eles a indulgência da opinião pública?

Ou preferirá, finalmente, defender o advento de uma sociedade mais justa, capaz de criar homens novos?

TEATRO

Brecht em dois sítios

Nem todo o bom Teatro é Brecht. Ou sequer brechtiano. Mas é certo que Brecht é sempre bom Teatro. Por isso é importante ver Brecht.

Neste momento, na área de Lisboa, há dois espectáculos de Brecht. Na Praça de Espanha, em Lisboa, o Grupo 4 representa «O Círculo de Giz Caucasião», uma das obras fundamentais do mestre alemão. Em Cascais, representa-se «A Ópera dos Quatro Vinténs».

Qualquer destes espectáculos é para ir ver, na certeza de que não perderemos o nosso tempo. Com uma advertência, apesar de tudo: ninguém deixe em casa o seu sentido crítico.

Pois ir ver Brecht sem espírito crítico era, pelo menos, atiraçar um homem: Bertold Brecht.



MULHERES:

rostos de um encontro

